

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
Faculdade de Filosofia
Departamento de Graduação

Filomena Alexandre Matsinhe

O Resgate da relação simbiótica entre o homem e a natureza face ao progresso tecnocientífico: Uma reflexão a partir do Contracto Natural de Michel Serres

(Licenciatura em Filosofia)

Maputo
Outubro de 2025

Filomena Alexandre Matsinhe

O Resgate da relação simbiótica entre o homem e a natureza face ao progresso tecnocientífico: Uma reflexão a partir do Contracto Natural de Michel Serres

(Licenciatura em Filosofia)

Monografia Científica apresentada à Faculdade de Filosofia da Universidade Eduardo Mondlane como exigência parcial para obtenção do grau académico de Licenciatura em Filosofia.

Tutor: Prof. Doutor José Blaunde Patimale

Maputo

Outubro de 2025

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Filomena Matsinhe, Titular do B. I. N° 110105610095N, emitido ao 02 de Novembro de 2020 pelo Arquivo de Identificação Civil da Cidade de Maputo, declaro por minha honra que esta Monografia é da minha autoria. Todas as fontes estão devidamente citadas ao longo do texto e constam das referências bibliográficas. Declaro ainda que esta Monografia nunca foi apresentada em nenhuma outra instituição para a obtenção de qualquer grau académico.

Maputo, 15 de Outubro de 2025

(Filomena Alexandre Matsinhe)

DEDICATÓRIA

Aos meus queridos pais: Alexandre Agostinho Matsinhe e Saugina Daniel Moiane, aos meus irmãos: Augusto Alexandre Matsinhe e Remember Matsinhe, aos meus amigos pela vida e sacrifícios consentidos para a minha educação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, e por cuidar de mim durante a jornada académica. Pelo conforto nos momentos mais turbulentos da minha vida, aos meus pais: Alexandre Agostinho Matsinhe e Saugina Daniel Moiane pela educação, dedicação e amor concedidos de forma incondicional.

Aos meus irmãos Augusto Alexandre Matsinhe e Remember Matsinhe pelo apoio incondicional e por sempre acreditarem em mim, pelo carinho e acessibilidade no que diz respeito aos assuntos da academia;

A realização desta Monografia não seria possível sem a orientação paciente, diligência e entrega abnegada do meu Tutor Prof. Doutor José Blaunde Patimale a quem endereço os meus profundos agradecimentos;

Ao meu noivo Fernando Andre , pelo apoio incondicional e dedicação constante.

À Universidade Eduardo Mondlane, e particularmente, aos docentes da Faculdade de Filosofia, agradeço pelo aprendizado;

Aos meus colegas da turma, nomeadamente, Celestino Nhoela, Basílio Ocuane, pela partilha de experiência e conhecimentos académicos durante o tempo de formação;

Por fim, a todos quantos directa ou indirectamente, colaboraram na realização do meu sonho de formação académica e humana, nesta Universidade.

Muito obrigado!

RESUMO

A Presente Monografia intitula-se *O Resgate da relação simbiótica entre o homem e a natureza face ao progresso tecno-científico: Uma reflexão a partir do Contracto Natural de Michel Serres*. O problema que nele se levanta consiste no facto de que, nos últimos tempos a ciência e a técnica tornaram o Homem um senhor e dono da Natureza, de tal maneira que a acção do Homem vem colocando em causa não só a Natureza, mas também a humanidade, ele destrói, e se esquece de que a acção de hoje terá consequência amanhã. A maneira como o Homem tem vindo a se relacionar com a Natureza nas últimas décadas levanta uma preocupação, pois bem se sabe que, a acção de hoje terá impacto no amanhã. E fazendo uma leitura da situação actual da Natureza, vê-se a necessidade de se repensar nas práticas do Homem mediante a Natureza, de forma a trazer possíveis respostas aos problemas causados pela acção do Homem na Natureza. Constitui objectivo geral: refletir em torno da ideia do resgate da relação simbiótica entre o Homem e a Natureza a partir do Contracto Natural de Michel Serres. Constituem objectivos específicos os seguintes: definir os conceitos básicos, contextualizar a questão da relação problemática entre o Homem e a Natureza sob ponto de vista histórico filosófico, propor a ideia do Contracto Natural de Michel Serres enquanto uma alternativa para o resgate da relação simbiótica entre o Homem e a Natureza. A metodologia usada na elaboração do trabalho é o método bibliográfico que consiste na recolha de informações a partir de obras, manuais e artigos, auxiliado pela técnica hermenêutica de interpretação de textos de diversas fontes. A questão da problemática entre o Homem e a Natureza emerge desde os tempos remotos da história da humanidade. Contudo, ela atinge seu ponto crítico nos princípios da Idade Moderna e se alastrá para actualidade. O desenvolvimento da ciência e da técnica estimulada pela razão humana possibilitou a criação do grande mito da modernidade, que a Natureza é uma máquina e a Natureza está ao serviço do homem. Isto fez com que o Homem produzisse técnicas com objectivo de dominar a Natureza de forma desenfreada ao serviço do próprio Homem, mas em prejuízo do equilíbrio ecológico. O pensamento de Michel Serres convida-nos para um olhar reflexivo em torno da relação existente entre o Homem e a Natureza. Serres mostra-se insatisfeito com esta realidade e propõe o Contrato Natural que permitirá o estabelecimento de uma relação simbiótica do Homem com a Natureza baseada no respeito, consideração e salvaguarda pela Natureza.

Palavras-chave: Natureza, Contracto Natural, Simbiose, Ecologia, Meio ambiente

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I: DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS BÁSICOS.....	11
1. Ciência e Técnica.....	11
2. Natureza Homem e Tecno-ciência.....	12
3. Contracto social	13
4. Contracto Natural.....	14
5. Relação simbiótica.....	15
6. Vulnerabilidade da Natureza.....	16
7. Parasitismo	17
CAPÍTULO II: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO FILOSÓFICO DA RELAÇÃO PROBLEMÁTICA ENTRE O HOMEM E A NATUREZA	18
1. A concepção da ideia da Primeira e Segunda Natureza	18
2. Diferença entre a visão Africana e Ocidental da Natureza.....	20
3. O Ocidente e o impacto da técnica na Natureza	21
4. Relação entre o Homem e a Natureza na Antiguidade	24
5. Relação entre o Homem e a Natureza na modernidade	25
6. Diferença da Técnica Pré-moderna e Técnica Moderna	27
7. Os primórdios da relação problemática entre o Homem e a Natureza	30
8. Ética antropocêntrica bíblica e a crise da relação Homem- Natureza	31
9.A concepção bíblica de Poder e o conflito Homem-Natureza.....	33
CAPÍTULO III: O CONTRACTO NATURAL E OS SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEIDADE.....	35
1.O Contracto Natural: como proposta de reconciliação Homem- Natureza	35
2. Do Contracto Social ao Contracto Natural	36
3. A Natureza como um ser de direito: uma nova relação com a Natureza.....	37

4. Dependência do Homem pela Natureza.....	38
5. Natureza enquanto um ser dotado de um valor intrínseco	39
6. A Civilização contra a Natureza	40
7. Do parasitismo à simbiose	41
8. A Ética da Responsabilidade: proposta para o equilíbrio da relação Homem - Natureza	42
9. Relação humanística: como alternativa para o reconhecimento da Natureza.....	43
10. A educação como mestiçagem: uma alternativa para o reconhecimento da Natureza	44
11. Estratégias para a minimização do impacto da Técnica e da Ciência na Natureza	45
12. Os desafios da contemporaneidade no resgate da relação simbiótica entre o Homem e a Natureza	46
CONCLUSÃO	47
BIBLIOGRAFIA.....	48

INTRODUÇÃO

Esta Monografia tem como título: O Resgate da relação simbiótica entre o Homem e a Natureza face ao progresso tecno-científico: uma reflexão a partir do Contracto Natural de Michel Serres. O problema que nele se levanta consiste no facto de que, nos últimos tempos a Ciência e a Técnica tornaram o Homem um senhor e dono da Natureza, de tal maneira que a acção do Homem vem colocando em causa não só a Natureza, mas também a humanidade, ele destrói, e se esquece de que a acção de hoje terá consequência amanhã.

Na Idade Clássica a ciência era contemplativa, ou seja, o Homem tinha uma relação harmoniosa benéfica com a Natureza. O Homem do período clássico via a Natureza como a mãe criadora, e por isso, ele não tinha intenção de transformá-la. Um dos lemas da ciência e da técnica na modernidade é a questão da criação de instrumentos que facilitam a vida do Homem, facto que não se pode negar. Todavia, é notório também que a ciência moderna trouxe muitos problemas com os quais nos deparamos actualmente. Mas a falta de consideração e respeito pela Natureza leva a necessidade de se levantar questões como: até que ponto a celebração dos três contractos: contrato social, o direito natural e a declaração dos direitos do Homem ignoraram a Natureza? Até que ponto o progresso tecno-científico influenciou para rompimento da relação simbiótica entre o Homem e a Natureza? E por fim até que ponto o Contracto Natural proposto por Michel Serres poderá ser uma alternativa para o resgate da relação simbiótica entre o Homem e a Natureza.

A motivação para esta pesquisa centrada na teoria do Contracto Natural em Michel Serres consiste no facto do Homem ter perdido o respeito pela Natureza. Da necessidade de se fazer uma análise na maneira como se construíram os parâmetros da ciência e do direito, os contractos instituídos na regulação das relações sociais: o contrato social; o direito natural e a declaração dos direitos do homem, todos eles ignorando a Natureza. No âmbito social, o tema visa conscientizar os cidadãos da necessidade de se procurar restabelecer a relação harmoniosa entre o Homem e a Natureza. Espera-se, de igual modo, que esta pesquisa possa ser um ponto de partida para as futuras reflexões relativamente a maneira como está sendo conduzida a relação do Homem com o meio ambiente.

O objectivo geral deste trabalho é reflectir em torno da ideia do resgate da relação simbiótica entre o Homem e a Natureza a partir do Contracto Natural de Michel Serres. Constituem objectivos específicos, os seguintes: definir os conceitos básicos; contextualizar a questão da relação problemática entre o Homem e a Natureza sob ponto de vista histórico filosófico; propor a ideia do Contracto Natural de Michel Serres enquanto uma alternativa para o resgate da relação simbiótica entre o Homem e a Natureza.

Revisão da literatura: esta breve revisão da literatura básica inerente ao nosso tema cingimo-nos às seguintes obras: Michel Serres (1990) intitulada “O Contracto Natural”; Boaventura De Sousa Santos (2001) intitulada “Um discurso sobre as ciências” Leonardo Boff (1938) intitulada Ecologia : “Grito da Terra Grito dos Pobres”.

Na primeira obra de Michel Serres (1990) intitulada “O Contrato Natural” esta é útil no capítulo I: Definição dos conceitos básicos, onde se fala dos três direitos sem o mundo, isto é, contracto social, o direito natural e a declaração dos direitos do homem, estes que segundo o autor foram celebrados sem se ter em consideração a Natureza, todos esses contractos ignoram a Natureza colocando-a como algo inferior ao homem.

A obra de Boaventura De Sousa Santos (2001) intitulada “Um discurso sobre as ciências” é útil no capítulo II: Contextualização histórico filosófico da relação problemática entre o Homem e a Natureza, quando se fala da relação entre o Homem e a Natureza na modernidade onde ele afirma que com a modernidade o paradigma da maneira de se relacionar com a natureza muda, ou seja, o advento das ciências tornou “a pessoa humana o senhor e o possuidor da Natureza”. Ou seja, a Ciência transforma a forma com a qual o Homem se relacionava com a Natureza, o Homem passa a ver a Natureza como um objecto, que deve ser controlado, dominado e explorado. A obra de Leonardo Boff (1938) intitulada “Ecologia : Grito da Terra Grito dos Pobres” é útil no capítulo III: O Contracto Natural e os seus desafios na contemporaneidade, quando fala-se da questão da civilização contra a natureza onde o autor entende que uma das causas que faz com que a Natureza seja desprezada é a maneira como o Homem se relaciona com ela, pois o ser humano submete à uma civilização androcentrada e dominadora, uma das causas certamente decisivas para se entender a crise ecológica actual. A civilização contra a natureza fez com que o ser humano se colocasse numa posição de soberania como quem dispõe a

seu bel-prazer das coisas que estão ao alcance de sua mão ou do prolongamento de sua mão, de seu braço, de seu olho, de seu desejo que é o instrumento.

A metodologia usada na elaboração do trabalho é o método bibliográfico que consiste em recolher informação a partir de obras e outros materiais como manuais e artigos, auxiliado pela técnica hermenêutica de interpretação de textos de diversas fontes.

Tendo em vista responder e satisfazer os objectivos que se propõem, esta Monografia está estruturada da seguinte maneira: Capítulo I: Definição dos conceitos básicos. Este capítulo debruça-se sobre conceitos básicos, visto que a análise de conceitos é importante no sentido de que favorece melhor compreensão das temáticas do trabalho. Capítulo II: Contextualização histórico filosófico da relação problemática entre o Homem e a Natureza. Neste capítulo analisamos historicamente o problema o problema da relação entre o Homem e a Natureza. Capítulo III: O Contracto Natural e os seus desafios na contemporaneidade. Neste capítulo propomos o Contracto Natural como uma alternativa de resgatar a relação simbiótica, harmoniosa, benéfica entre o Homem e a Natureza perdida com o advento da ciência. Apresentamos também desafios existentes na contemporaneidade para que o resgate da relação simbiótica seja efectivo. Finalmente, a conclusão e a bibliografia.

CAPÍTULO I: DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS BÁSICOS

Neste capítulo abordam-se os conceitos básicos deste tema, neste sentido vale reiterar que a análise dos conceitos é importante no sentido de que favorece melhor compreensão das temáticas do trabalho. Assim, constituem assuntos do capítulo, os seguintes: ciência e técnica; tecnociência Homem e Natureza; contracto social, o direito natural, a declaração dos direitos do Homem; Contracto Natural; relação simbiótica; vulnerabilidade da Natureza; e Parasitismo.

1. Ciência e Técnica

A palavra Ciência deriva do latim *scientia* e refere-se a qualquer conhecimento ou prática sistemático. Trata-se de um conhecimento adquirido por meio da observação, experimentação e raciocínio lógico, visando estabelecer leis gerais que expliquem fenómenos naturais, sociais ou formais. De acordo com Figueiredo (1991:27) é o conhecimento certo e racional sobre a natureza das coisas ou sobre as suas condições de existência; é a investigação metódica das leis dos fenómenos. É nesta perspectiva que se afirma que a “*ciência é um conhecimento certo e racional, que trata da natureza das coisas e das condições de existência*” (BLAUNDE, 2018: 100). Neste sentido, Ciência é todo conhecimento baseado no método científico, que segue regras ou critérios estabelecidos para a sua legitimação. No sentido restrito, ciência refere-se ao sistema de conhecimento baseado no método científico, ou no método empírico.

Na perspectiva de Morin (2003: 15-16) a Ciência é elucidativa (resolve enigmas e dissipar mistérios) enriquecedora, (permite a satisfação das necessidades sociais e assim, desabrochar a civilização) é de facto, justamente, conquistadora e triunfante. Ou seja, a ciência melhora a vida do homem, satisfaz as necessidades do Homem. E justamente pelo facto da Ciência ser elucidativa, enriquecedora, conquistadora e triunfante ela carrega consigo problemas que estão ligados ao conhecimento que ela mesma produz, a ciência visa melhorar a vida do Homem, mas ao mesmo tempo ela traz possibilidades terríveis do Homem se auto-destruir. Com isso pode se entender que o conhecimento que o Homem produz pode provocar a destruição da própria humanidade.

Etimologicamente a palavra *Técnica* é entendida como um conjunto de regras práticas ou de procedimentos que ajudam ao homem a alcançar os resultados que pretende. No contexto moderno, o termo foi usado como aplicação prática do conhecimento científico em um campo de saber, com finalidade de satisfazer as suas necessidades a quando do exercício das suas

actividades. O que significa que o principal objetivo da Técnica é produzir, criar maneiras de facilitar a vivência do Homem no meio natural. Ela ajuda o Homem a satisfazer as suas necessidades essenciais, aproveitando os recursos naturais, que são trabalhados pelas suas mãos com a finalidade de criar alternativas para uma vida mais confortável.

2. Natureza Homem e Tecno-ciência

Natureza é tudo aquilo que existe que não foi criado pelo Homem. Na perspectiva de Blaunde (2018: 51) a Natureza é o primeiro ser vivo, a Natureza diz respeito ao todo que pré-existe, aquilo que existe antes do Homem e tem vida em si mesmo. E é neste sentido que, Bachelard *apud* Blaunde (2018: 72) parte da reflexão sobre a Natureza, para ele a Natureza é sempre uma referência para o Homem e incontornável quando ele pretende conceber o conhecimento, sobretudo o conhecimento científico. Neste sentido, ambos os filósofos defendem a indispensabilidade da Natureza, tomada como ponto de partida e de chegada para o conhecimento humano, sendo assim, entende-se que o conhecimento científico é nada mais que uma imitação da Natureza, que é vista como o primeiro ser vivo.

Segundo Boff (1938: 20) O ser humano e a sociedade sempre estabeleceram uma relação com o meio ambiente. O ser humano provém de um longo processo biológico. Sem os elementos da Natureza, da qual ele é parte, sem os vírus, as bactérias, os microorganismos, o código genético, os elementos químicos primordiais, ele não existiria. As sociedades sempre organizam suas relações com o meio no sentido de garantir a produção e reprodução da vida. O Homem é um ser vivo que sempre existiu, que vive na Natureza e participa da vida da Natureza e por via disso “*o ser humano se diferencia radicalmente, pois, além da capacidade de reagir ao mundo, possui a capacidade de reflexão sobre essa própria acção*”(CARVALHO, 2003:12). O ser humano é único dotado de capacidade de reflexão metódica suas acções apresentam um carácter de deliberação e de intencionalidade que a despeito do maior ou menor grau de consciência que possa reflectir, não encontra paralelo com nenhum outro ser do mundo animal ou vegetal.

Tecno-ciência refere-se a toda tecnologia relacionada com a actividade humana global combinada com o método científico.

3. Contracto social

Serres (1990: 60) afirma que o problema do lugar da Natureza remonta às nossas origens, aos três direitos celebrados sem a inclusão da Natureza isto é: Contracto social, O direito natural, a Declaração dos Direitos do Homem.

No que diz respeito ao contracto social, o autor afirma que na antiguidade a quando da celebração do contracto social, os homens teriam celebrado o contracto social entre si, e o contracto celebrado não incluia a Natureza, na medida em que, o contracto social só diz respeito aos homens e não a Natureza, por via do contracto o Homem abandonou o estado de natureza para viver em sociedade. No que diz respeito ao direito natural entendido como um conjunto de regras que existiram à margem de qualquer formulação, ou seja, direito natural esta ligado ao Homem deriva da natureza humana.

No que diz respeito a Declaração dos Direitos do Homem Serres (1990: 70) afirma que, o contracto social, não inclui a Natureza, e o Homem nesse contracto ele ignora e passa em silêncio o mundo. O Homem monopolizado pela ciência e pelo conjunto de técnicas associadas ao direito de propriedade, a razão humana derrotou a natureza exterior, num combate que dura desde a pré-história, mas que se acelerou de forma acentuada com a revolução industrial. Com isso, a razão humana passa a ser vista como maior, e a Natureza exterior menor.

Entretanto, é notório que a celebração o contracto social, o direito natural, a Declaração dos Direitos do Homem, todos esses ignoraram a Natureza, todos esses foram celebrados sem se tomar em consideração a Natureza, por via disso, entende-se que todos esses contractos celebrados até então não incluem a Natureza, simplesmente estavam mais preocupados com o Homem, facto que fez com que, o Homem visse a Natureza como um ser inferior a ele. Daí que, tendo em conta a situação actual da crise ambiental, torna se imperioso uma mudança de paradigma, torna-se necessário a celebração de um novo contracto com a Natureza, ou seja, o Contracto Natural, torna-se a estabelecer novos direitos que não tenham em conta simplesmente o Homem, mais também a Natureza, para que esta deixe de ser considerada como um objecto mais sim como um ser de direito.

4. Contracto Natural

Antes de debruçar acerca da ideia do Contracto Natural importa dizer que, Serres (1990: 57) propõe o Contracto Natural, como um imperativo que possibilita o resgate da relação simbiótica entre o Homem e a Natureza. A partir dessa ideia a pergunta que se coloca é a seguinte: O que seria o Contracto Natural? De uma forma corrida dir-se-íá que, O Contracto Natural seria um convênio que envolve os Homens e a Natureza, ou seja o retorno à Natureza o que implica acrescentar ao contracto exclusivamente social a celebração de um Contracto Natural de simbiose e reciprocidade.

Nesta senda Serres (1980: 202) afirma que, mediante a celebração do Contracto Natural de simbiose e de reciprocidade o Homem deixaria de ser um parasita que agarra tudo e nada dá e a natureza o hospedeiro que tudo dá e nada agarra. Tudo parece ser dado ao Homem sem que ele retribua, tudo parece ter nascido para ele, os animais , as plantas ou as coisas. O Homem ordena a vaca, faz trabalhar o boi, faz a árvore o seu tecto. Nesse sentido, parasita na perspectiva do autor é aquele que está em contacto permanente com o hospedeiro, ou seja o parasita vive do seu hospedeiro, por ele, com ele e nele, nesse sentido o Homem é visto como um ser parasita que só usa a Natureza ao seu dispor segundo a sua vontade. O parasita faz do seu hospedeiro sua casa, sua tenda, seu tabernáculo, reproduz-se, multiplica-se até ao inevitável ponto onde o hospedeiro morre.

Porém sob o ponto de vista do autor, mediante ao Contracto Natural o Homem deixaria de ser visto como um ser (parasita) que vive do seu hospedeiro, ou seja, da Natureza, mais um ser que convive com a Natureza, um ser que estabelece uma comunicação com a Natureza. Neste sentido a Natureza deixaria de ser vista como um objecto, mas sim como um ser outro, como um sujeito de direito, onde o Homem vai tomar responsabilidade e consciência de que “*cada um de nós é responsável não só por si mas por outrem*” (LEVINAS, 2013: 80). Daí que o Homem tomaria uma postura ética em relação ao seu desenvolvimento tecnológico, o Homem faria uma reflexão ao produzir instrumentos que futuramente possam colocar em risco a sua própria vida e a humanidade, ele poderia pensar por si e pela Natureza, com finalidade de zelar pela vida não só dele mas também da Natureza.

Nessa perspectiva Buber (1974: 67) afirma que, existe duas formas básicas de o Homem se relacionar que são: Eu-Isso e Eu-Tu, onde ele afirma que na primeira relação o Homem se coloca

dante do outro como algo objetivo “*o Eu de Eu e Isso usa a palavra para conhecer o mundo, impor-se diante dele, ordená-lo, estruturá-lo, vencê-lo, transformá-lo. Este mundo nada mais é que objeto de uso e experiência*” (BUBER, 1974: 24). A relação Eu-Isso é marcada pela incapacidade de re(conhecer). Seguindo esta ordem de ideia o Homem seria incapaz de se relacionar com a Natureza de forma harmoniosa, porque a Natureza seria somente um mero objecto e ele como senhor e dono da mesma (a Natureza). Porém a relação Eu-Tu é marcada pelo impacto da presença do outro, onde este mesmo Homem (re) conhece o outro:

O Tu se apresenta ao Eu como sua condição de existência, já que não há Eu em si, independente, em outros termos o si mesmo não é substância mas relação. O Eu se torna Eu em virtude do Tu, isto significa que devo à ele o meu lugar. Eu lhe devo a minha relação à ele. Ele é meu Tu somente na relação, pois fora dela, Ele não existe, assim como Eu não existe a não ser na relação (BUBER, 1974: 70).

Partindo desta ordem de ideia o Homem e a Natureza seriam vistos como dois sujeitos (seres vivos) que se relacionam entre si. Porém o Homem seria um ser vivo que participa da vida Natureza, porque se entende que a Natureza por si só possui vida e ela é o primeiro ser vivo, ela existe antes do Homem e não depende do Homem para existir, ao contrário do Homem que não pode viver fora da natureza. E nestes moldes, a Natureza deixaria de ser vista como um objecto e passaria a ser vista como um ser de direito diante do Homem. A Natureza tem vida em si mesmo, e não depende do Homem para existir, o que não ocorre quando nos referimos ao Homem visto que, o Homem depende da Natureza para existir e não pode viver fora da Natureza, ou seja existe uma dependência do Homem pela Natureza.

5. Relação simbiótica

A palavra simbiose deriva do grego *symbiosis*, que significa vida em comum, ou seja associação recíproca de dois ou mais organismos diferentes que lhes permite viver com benefício. É nesta perspectiva que Serres (1990: 66) fala do direito de simbiose que se pode traduzir em uma relação simbiótica, que se define pela reciprocidade, onde aquilo que a Natureza dá ao Homem é o que este (Homem) dá à ela, tornando-a sujeito de direito. O Homem sairia da condição de poluidor à condição de ecologista e preservador da Natureza, ele deixaria a sua condição de senhor e dono da Natureza à condição de um ser que faz parte da Natureza. A simbiose é uma vida em comum baseada em relações de reciprocidade proveitosa para com todos os parceiros,

ou seja é uma associação entre vários seres vivos que lhes permite satisfazerem as suas necessidades respectivas sem prejudicar os outros.

Mercuse *apud* Habermas (1968: 318) afirma que ao em vez de tratar a Natureza como objeto passivo de uma possível manipulação técnica, podemos dirigir-nos a ela como um parceiro numa possível interação. Em vez da Natureza explorada podemos ir em busca da Natureza fraterna. Ao nível de uma intersubjetividade ainda incompleta, podemos atribuir subjectividade aos animais, às plantas e até mesmo às pedras e comunicar-nos com a natureza. Em vez de nos limitarmos a trabalhá-la, quebrando a comunicação. Porém o autor afirma que isso só seria possível se os homens pudessem se comunicar sem coação e se cada Homem pudesse reconhecer-se no outro, só assim a espécie humana poderia eventualmente reconhecer a Natureza como um outro sujeito, e não a Natureza como seu outro.

Neste sentido Serres *apud* Ngoenha (1994: 95) apela à criação de uma nova ética, ou melhor, a uma nova concepção de ética, que não se contente de relacionar os Homens entre eles, que relate também os Homens com a Natureza. Trata-se simplesmente de reconhecer que vivemos contratualmente com a Natureza e esta relação não é local mas global. Trata-se de resgatar a relação entre o Homem e a Natureza que encontra-se rompida, e desta forma ele exalta os ritos religiosos que sabiam celebrar o pacto com a Natureza.

6. Vulnerabilidade da Natureza

Jonas (2006: 39) afirma que a vulnerabilidade da Natureza foi provocada pela intervenção técnica do Homem, na óptica do autor, trata-se de uma vulnerabilidade que já mais fora pressentida antes de que ela se desse a conhecer pelos danos já produzidos. Essa descoberta, cujo choque levou ao conceito e surgimento da ciência do meio ambiente (ecologia) “*a Terra em sua biografia conheceu cataclismos inimagináveis mas sempre sobreviveu. Sempre salvaguardando o princípio da vida e da sua diversidade*” (BOFF, 1999: 3). Contudo estima-se que agora não será diferente, ou seja há chance de salvamento. Mas para isso acontecer deve-se percorrer um longo caminho de conversão dos nossos hábitos cotidianos e políticos, privados e políticos culturais e espirituais.

7. Parasitismo

Parasitismo refere-se a uma relação ecológica em que um organismo (o parasita) vive à custa de outro organismo (o hospedeiro) causando-lhe algum grau de dano. Importa reiterar que, esta relação é caracterizada pela dependência do parasita em obter nutrientes e outros benefícios do hospedeiro, geralmente sem oferecer vantagens em troca, e deste modo, prejudicando a saúde, o crescimento, ou a reprodução do hospedeiro.

Serres (1980: 70) afirma que as bactérias, os fungos, os vírus podem ter uma ação benéfica para o Homem. O queijo, o pão ou o leite são exemplos de alimentos que o homem consome, a partir da utilização benéfica dos parasitas. Com isso pode-se entender que a sobrevivência do parasita depende do hospedeiro, ou seja a vida do Homem está ligada a Natureza, o Homem não pode viver fora da Natureza. O parasita introduz ruído e perturbação, o que pode resultar em novas oportunidades de comunicação e transformação dentro do sistema. Assim, o parasita perturba a comunicação, ele é um ruído que interfere no canal de comunicação, no entretanto, ao fazer isso, ele também cria uma nova configuração , um novo sistema de comunicação.

Tendo estabelecido os conceitos fundamentais que servirão de base à presente pesquisa, torna-se necessário compreender como tais noções foram historicamente construídas e problematizadas. Para isso, o capítulo II irá contextualizar sob ponto de vista histórico e filosófico,a relação entre o Homem e a Natureza, evidenciando como este vínculo se transformou ao longo do tempo e quais as consequências dele emergiram.

CAPÍTULO II: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO FILOSÓFICO DA RELAÇÃO PROBLEMÁTICA ENTRE O HOMEM E A NATUREZA

Este capítulo trata da contextualização histórico-filosófica da relação problemática entre o Homem e a Natureza, de forma a permitir melhor compreensão do trabalho. Assim, constituem assuntos para este capítulo os seguintes: a concepção da ideia da primeira e segunda Natureza; diferença entre a visão Africana e Ocidental da Natureza; o ocidente e o impacto da técnica na Natureza; relação entre o Homem e a Natureza na Antiguidade; relação entre o Homem e a Natureza na modernidade; diferença da Técnica Pré-moderna e Técnica Moderna; os primórdios da relação problemática entre o Homem e a Natureza; ética bíblica antropocêntrica e a crise da relação Homem-Natureza; a concepção bíblica do Poder e o conflito Homem-Natureza.

1. A concepção da ideia da Primeira e Segunda Natureza

Segundo Ngoenha (1994: 15) o debate sobre a primeira e a segunda Natureza fez aparecer uma série de questões as quais ficaram sem resposta porém duas delas merecem inteira atenção:

A primeira: diz respeito a ideia segundo a qual, as concepções que muitas sociedades primitivas tem da relação entre a Natureza e a cultura exprime também, algumas resistências ao desenvolvimento, com efeito, pode se concluir que as sociedades primitivas possuíam uma perspectiva diferente da visão moderna, ou seja a visão das sociedades primitivas implica o reconhecimento de uma prioridade incondicional da Natureza sobre a cultura. Pode se dizer em outras palavras que a Natureza é um ser vivo pré-existente ou seja, ela existe antes da cultura. Para Carvalho (2003: 13) nas chamadas sociedades primitivas a Natureza nem sequer era reconhecida enquanto algo distinto do agrupamento humano, uma vez que se confundia com o próprio espaço de vida desse agrupamento. Enquanto que para as sociedades complexas de hoje nem podemos fazer uma tentativa de caracterização geral, sem o risco de entrar em discrepâncias. Na medida em que, para um empresário por exemplo de mineração a Natureza é entendida como fonte de matérias-primas, de onde extraí a mercadoria com qual obterá lucros, enquanto que para um camponês a Natureza é meio de sobrevivência. Ou seja o conceito ou definição do que seja Natureza depende da percepção que temos dela, de nós próprios e finalmente da finalidade que daremos a ela, ou seja depende dos objetivos de nossa convivência social.

Entretanto Strauss *apud* Ngoenha (1994: 16) afirma que, nos povos primitivos a noção de Natureza tem sempre um carácter ambíguo. A Natureza é pré-cultural, ou seja ela é antes da cultura e sobre a cultura, mas é sobretudo “*o lugar no qual o Homem pode esperar entrar em contacto com os antepassados, os espíritos e os deuses. Existe portanto na natureza componente sobrenatural e esta sobrenaturalidade está acima da cultura*” (NGOENHA, 1994: 16). Assim sendo notam-se que, quando se trata, isto é, das relações do Homem com o mundo sobrenatural, os produtos técnicos e os objectos manufaturados são desvalorizados. E é daqui que resulta a concepção de que as culturas primitivas resistem ao desenvolvimento.

A segunda: diz respeito ao mundo industrializado, ou seja refere-se a técnica como uma mediação indispensável nas trocas entre a Natureza e o Homem “*a técnica moderna parece impor as transformações um progresso incontrolável e esta mutação afecta igualmente as relações humanas com os outros organismos vivos e com a Natureza*” (NGOENHA, 1994: 16). Isto significa que, com advento da Técnica moderna ocorrem várias transformações, ou seja um dinamismo que afecta inclusive as relações do Homem com outros organismos vivos pertencentes à Natureza.

Segundo Moscovici *apud* Ngoenha (1994: 17) assiste se hoje no Ocidente ao fim de uma sociedade baseada sobre na acumulação interna e sobre conflitos de classes, ou seja assiste-se ao fim de uma civilização. As sociedades ocidentais estão rigidamente submetidas às relações entre a colectividade e o seu *habitat* (ambiente), a acumulação de poder e da riqueza, por via disso, estas inventaram o antagonismo entre a sociedade e a natureza, entre pensamento nobre e o trabalho servil, entre a civilização e a Técnica, as sociedades que estão a nascer baseiam-se pelo contrário na ciência e na técnica, nelas a questão natural substitui a questão social, “*estas razões fazem com que os problemas sociais de hoje se tenham tornado em problemas naturais, por conseguinte o problema capital é o lugar do Homem na Natureza*” (MOSCOVICI *apud* NGOENHA, 1994: 34-35). Com isso pode se entender que, as sociedades do Ocidente baseiam as suas relações na acumulação de poder e de riqueza por meio do desenvolvimento da Técnica e da Ciência, o que faz com que existam problemas de ordem sociais que se alastram a ordem naturais, e em meio a isso a pergunta que se coloca é: qual é o lugar do Homem na Natureza. De facto, há que se referir que, quando se fala do ambiente fez se referência ao ambiente humano, e

todos os argumentos para a sua defesa de tal, ou tal parcela da natureza, tem uma razão de ser, no quadro de uma tecnologia humana e de uma vontade de sobrevivência:

Por conseguinte o problema do ambiente, da relação Natureza e cultura do lugar do Homem na Natureza, não depende simplesmente da política, da técnica, do social, ou da biologia, ou uma simples mudança de comportamento, se bem que necessária, não é suficiente para fazer face ao perigo que ameaça a vida do homem, desde crenças supersticiosas que provocam fome, má nutrição e doenças até as catástrofes gerais que os problemas ecológicos ameaçam provocar , o nível de compreensão de análise e de decisão deve descer até as raízes profundas da crise, isto é, as dimensões simbólicas e espirituais das culturas (NGOENHA, 1994: 17).

Isto implica que, as atitudes culturais em relação a Natureza são perigosas, isto é prejudicam a própria Natureza, e que a relação entre Natureza e cultura, a questão do lugar do Homem na Natureza não está ligado simplesmente à política, técnica, à ciência, à biologia, ou uma questão de mudança de comportamento. Porém importa referir que, uma mudança de comportamento não seria suficiente, para fazer face ao perigo que ameaça a espécie humana. Seria necessária uma análise sob ponto de vista geral, ou seja fazer uma reflexão sob ponto de vista das dimensões simbólicas e espirituais das culturas. O debate de culturas sobre a Natureza, deve necessariamente ir além das fronteiras geo-econômicas e abrir-se a um diálogo abrangendo todos os habitantes desta terra.

2. Diferença entre a visão Africana e Ocidental da Natureza

Segundo Senghor *apud* Ngoenha (1994: 21) o branco Europeu, é o Homem de vontade guerreira, que utiliza as coisas para os seus fins utilitários, O Africano vive tradicionalmente da terra, com a terra, no cosmo, e através dele. É sensual, um ser com os sentidos despertos, sem intermediário entre sujeito e objecto. A razão do negro não é discursiva, é sintética, não é antagonista, é simpática, a razão negra não empobresse coisas, não as modela em esquemas rígidos, mas instala-se no coração vivo do real. Enquanto que a razão europeia é analítica para a utilização, a razão negra, intuitiva para a participação. O negro é sempre caracterizado pela faculdade emotiva, que não é negação da razão, mas sim uma outra forma de conhecimento.

Por via disso o que comove o negro não é o aspecto exterior do objeto “*o Africano é um Homem da Natureza* ” (NGOENHA, 1994: 22). Assim sendo, para o Africano a Natureza é fonte de vida, o Africano convive com a Natureza de forma harmoniosa, ele vê a Natureza como um ser

que deve ser preservado e respeitado. Para o Homem Africano existe no mundo uma outra força vital, semelhante ao Homem, que anima todos os objectos, dotados de um carácter sensível, desde Deus a um grão de areia. O negro estabeleceu uma hierarquia rigorosa de forças. No cimo Deus, único, não criado e criador, aquele que dá força e vida à todas as coisas. Ele dá existência, substância e acréscimo às outras forças. Depois dela vem os antepassados, e, em primeiro lugar fundadores dos clãs. Mas por baixo encontra-se os vivos que por sua vez são ordenados segundo os costumes, mas sobre tudo segundo a ordem genealógica. No fim encontra-se os animais, as plantas e os minerais.

Por via disso, a ética africana consiste, portanto no reconhecimento da unidade do mundo e do agir para manter o equilíbrio das forças, da ordem e da estabilidade. E é desta concepção que deriva a ideia do sagrado, fulcro de toda a vida africana. Onde cada ser, cada coisa possui uma força vital e energia divina. O Homem está ligado à planta, ao animal, aos seus semelhantes, vivos e mortos, e ao cosmo através do ritmo vital, e a Deus através do sacrifício ritual.

Para Senghor *apud* Ngoenha (1994: 24) a religião africana está centrada no sacrifício, que determina a comunhão dos vivos e dos mortos, porque a força vital do animal sacrificado flui, através do sacrificador em direção ao antepassado e deste, de novo, em direção à comunidade que ele encarna. Os antepassados e os mortos, são intermediários entre o Homem e Deus. Assim sendo, pela sua concepção animista o africano faz da terra uma pessoa, um génio, o antepassado tribal, o primeiro cultivador e ocupante da terra, faz com que este gênio um pacto celebrado pelo sacrifício ritual.

3. O Ocidente e o impacto da técnica na Natureza

Segundo Ngoenha (1994: 31) a partir dos anos trinta-quarenta, inicia-se no Ocidente um processo sistemático contra a técnica, acusada de escapar ao controlo do Homem e de atentar contra a sua liberdade. Ou seja entende-se que o Ocidente por meio da técnica e da ciência estaria fabricando ou criando instrumentos que ao em vez de ajudar o Homem a melhorar a sua vida, criar facilidade estes os (instrumentos) são responsáveis por controlar ou dominar o próprio Homem. É nesta perspectiva que , o escritor francês Bernanos *apud* Ngoenha (1994: 31) advoga que “as máquinas não foram produzidas e multiplicadas segundo as necessidades do Homem mas segundo as necessidades da especulação” ou seja, se as máquinas antigamente eram criadas para facilitar a vida do Homem, com a finalidade de proporcionar uma vida mais confortável e

facilitada, é por isso que se as máquinas tivessem permanecido simplesmente um meio e não um fim, não teria transformado radicalmente a vida do Homem, não se teria apoderado de quase todas as energias humanas e tornaria mais bela a vida humana. Mas é justamente porque as máquinas usurparam o lugar do Homem, as máquinas se tornaram Homem, a vida do Homem em tempos actuais está em perigo.

Estas máquinas não limitaram a sua intervenção sobre o mundo, mas agrediram sobretudo o Homem, transformando-o “*o Homem fez a máquina, e a máquina tornou-se Homem*” (NGOENHA, 1994: 31). O Homem criou a máquina para facilitar a sua vida, porém a máquina usurpou o lugar do Homem, as atividades que seria o Homem a exercer passaram a ser exercidas pela máquina. A técnica cria um mundo no qual, o Homem não pode continuar a viver a não ser que se torne menos Homem. Uma vez que segundo o paradigma técnico, tudo o que se pode fazer deve ser feito. A técnica estende-se à todos os domínios e elimina progressivamente tudo que não se pode submeter a ela. A técnica cria novos valores e desenvolve-se no mundo inteiro através de transferências de tecnologias, ela é responsável pelas solidariedades técnicas, mas sobretudo pelas dependências intencionais.

Para Heidegger *apud* Ngoenha (1994: 32) a técnica não é um instrumento neutro que o Homem usa segundo o seu arbítrio. Ela resulta de um processo através do qual, o Homem, esquecendo o Ser se agarra cada vez mais às coisas. Com isso pode-se a firma que a técnica e a ciência trazem uma compreensão dogmática do ser, ou seja, a técnica e ciência pretendem reduzir toda a existência à instrumentalidade e esse “*posicionamento conduz ao esquecimento do ser*”. Por via disso, o Homem assumiu perante a realidade, uma atitude de domínio e de exploração, uma atitude que nem sequer respeita bases da vida, as suas condições biológicas e genéticas, sobre as quais a técnica tende a impor o seu domínio necessariamente totalitário.

Por via disso, Chauí (2000: 60) afirma que, a razão instrumental é a razão técnico-científica, que faz das ciências e das técnicas não um meio de liberação dos seres humanos, mas um meio de intimidação, medo, terror e desrespeito. Diferentemente da razão crítica é aquela que analisa e interpreta os limites e os perigos do pensamento instrumental e afirma que as mudanças sociais, políticas e culturais só se realizarão verdadeiramente se tiverem como finalidade a emancipação do gênero humano e não as ideias de controle e domínio técnico-científico sobre a natureza, a sociedade e a cultura. Ou seja a razão instrumental é aquela que por meio da técnica e da ciência

o Homem cria instrumentos que visam intimidar, e criar despeso ou seja a técnica e ciência criam instrumentos que visam oprimir o Homem. Enquanto que a razão crítica é mais humanista, ou seja ela presa pela vida do Homem, cria instrumentos para libertar os homens dos seus limites e facilitar vida do Homem.

Gourhan *apud* Ngoenha (1994: 32) mostrou que a condição humana encontra o seu fundamento numa dupla objetivação simbólica e técnica. Trata-se do que ele chamou exteriorização da mão e do cérebro e o surgimento das máquinas aptas a executar tarefas que no passado tempo estavão reservadas ao Homem. A técnica ganha progressivamente a aparência de um exteriorizado que se define por oposição dos indivíduos. Assim sendo, o lugar da técnica na sociedade é completamente modificado. Ela deixa de construir um domínio entre outros, na existência humana e fagocita todos os outros domínios. Com efeito, não há nada que não seja suscetível de tratamento técnico:

Na época tecnológica, a relação entre o Homem e a Natureza inverteu-se, de servo da Natureza, o Homem tornou-se patrão, não um patrão sábio e prudente, mas um patrão astuto. Armado de técnicas e instrumentos sempre mais poderosos e refinados, de passivo consumidor de produtos que a natureza punha à sua disposição, o Homem tornou-se um agressor prepotente e um explorador exigente. Na época tecnológica o Homem agride a natureza e esvazia-a de tudo: ferro, carvão petróleo, minerais, água, ar. Em vez de cultivador sábio, O Homem do século XX tornou-se um explorador selvagem da Natureza (NGOENHA, 1994: 33).

A relação entre o Homem e a Natureza na época tecnológica muda, o Homem que antes era servo da Natureza, aquele que outrora cuidava, zelava, protegia a Natureza, nos tempos actuais o Homem transformou-se num agressor da Natureza, com o advento da técnica e a criação de instrumentos ele explora, transforma e domina a Natureza de uma maneira exacerbada, ele tornou -se um explorador selvagem da Natureza. O Homem moderno, já não se contenta em usufruir dos recursos da Natureza, mas busca extrair dela o máximo possível, sem considerar os limites ecológicos.

Para Boff (1938: 23) a própria Técnica é, ao mesmo tempo, uma expressão da abertura necessária da vida (especialmente humana) para o mundo e um risco sem precedentes, principalmente porque a ela se associa uma dimensão utópica baseada na ideia de progresso. A

vontade de tudo dominar está fazendo com que sejamos dominados e assujeitados aos imperativos de uma Terra degradada. A utopia de melhorar a condição humana piorou a qualidade de vida. O sonho de crescimento ilimitado produziu o subdesenvolvimento de dois terços da humanidade, a utilização exagerada dos recursos da terra levou à exaustão dos sistemas vitais e à desintegração do equilíbrio ambiental. Hoje a terra se encontra em fase avançada de exaustão e o trabalho e a criatividade, por causa da revolução tecnológica, da informatização e da robotização, são dispensados e os trabalhadores excluídos até do exército de reserva do trabalho explorado.

4. Relação entre o Homem e a Natureza na Antiguidade

A relação entre o Homem e a Natureza na antiguidade era harmoniosa, na medida em que o Homem antigo via a Natureza como a mãe criadora, o Homem antigo via a Natureza como fonte de vida, fonte de inspiração, ele (o homem) baseava-se nos elementos da Natureza para recriar e reinventar coisas “*a Natureza e especialmente a terra tem sido vista como uma nutriente benévolas mãe, mas também como uma fêmea selvagem e incontrolável*” (CAPRA, 1982: 30). E é nesta perspectiva que ele (o homem no período clássico) considerava a Natureza como algo que se deve preservar, respeitar e a cima de tudo zelar pelo bem estar da mesma. A Natureza era vista como um ser de vida, que oferece todas as condições necessárias para que o ser humano viva de forma feliz, e alcance suas realizações:

Até há relativamente pouco tempo, a “segunda natureza” existia em todos os países do mundo, entre limites muito restritos. Em todas as esferas culturais e em todo o mundo, a “segunda natureza” limitava-se em retificar os defeitos mais evidentes do ambiente natural, mas no essencial imitava-o. A agricultura, isto é, a ocupação principal da maioria dos homens, respeitava o ritmo da Terra e das estações (NGOENHA, 1994: 11).

Com essa citação pode se entender na antiguidade clássica o Homem possuía uma postura mais cuidadosa em relação a Natureza o Homem na antiguidade via a Natureza como fonte de vida, como fonte de inspiração, o mesmo Homem contemplava a Natureza, admirava-se e maravilhava-se ao contemplá-la. O Homem via a Natureza como um ser transcendente que é antes dele e dá vida a si própria e a ele (Homem).

5. Relação entre o Homem e a Natureza na modernidade

Importa referir que, grande parte dos problemas ambientais que se assistem nos tempos actuais estão ligados directamente em parte com a forma como o Homem no período moderno desenvolveu a sua relação com a Natureza. Na medida em que, com o advento da ciência moderna verifica-se uma mudança de paradigma. O Homem transforma a sua forma de olhar para Natureza, ele deixa de olhar para Natureza como a mãe criadora, como fonte de inspiração. Ou seja, a Natureza é tão-só extensão e movimento, é passiva, eterna e reversível, mecanismo cujos elementos se podem desmontar e depois relacionar sob forma de leis, não tem qualquer outra qualidade ou dignidade que nos impeça de desvendar os seus mistérios, desvendamento que não é contemplativo, mas antes activo, já que visa conhecer a Natureza para a dominar e controlar. Como diz Bacon *apud* Santos (2001: 25) a Ciência fará “da pessoa humana o senhor e o possuidor da Natureza. Ou seja, a ciência transforma a forma com qual o Homem se relacionava com a Natureza, o Homem passa a ver a Natureza como um objecto, que deve ser controlado, dominado e explorado.

E é nesse sentido que o paradigma científico também muda a ciência deixa de ser contemplativa, a Natureza deixa de ser vista como a mãe criadora e passa a ser vista como algo a ser dominado, não só dominado, mas também transformado e explorado “*a Natureza deixou de ser a mãe nutritiva e dadivosa de outros tempo, passou a ser uma máquina que se opera e se manipula desde que se conheçam as regras de seu funcionamento*” (CARVALHO, 2003: 49). A Natureza transformou-se em uma máquina ao serviço do Homem basta que o Homem conheça as leis da Natureza ele pode manipular, transformar o curso normal das coisas ao seu favor. De referir que é na modernidade, onde se assiste um grande desenvolvimento nas áreas tecno- científicas, verificando-se assim, grandes descobertas e grandes avanços na ciência e na técnica. Não podendo descartar os benefícios da ciência e da técnica nos últimos séculos, visto que a ciência e a técnica têm ajudado a melhorar e facilitar a vida dos seres humanos:

As novas faculdades que tenho em mente são, evidentemente, as da técnica moderna. Portanto, minha primeira questão é a respeito do modo como essa técnica afeta a natureza do nosso agir, até que ponto ela torna o agir sob seu domínio algo diferente do que existiu ao longo dos tempos.

Durante esses períodos, é claro, o Homem nunca esteve desprovido de técnica. Minha questão visa à diferença humana entre a técnica moderna e a dos tempos anteriores (JONAS, 2006: 29).

Com essa citação pode se entender que tanto a Técnica quanto a ciência sempre existiram ou seja, o Homem sempre usou a Técnica e Ciência para facilitar a vida e proporcionar um nível de vida confortável. Porém o que ocorre é a forma como a Técnica e a Ciência eram desenvolvidos antigamente proporcionava um equilíbrio. Assim, o Homem desenvolvia a Técnica e a Ciência tendo em conta a Natureza, em todas suas acções notava-se a preocupação que este mesmo Homem tinha pela Natureza, com vista a preservá-la, protegê-la, o que não ocorre na técnica e na ciência modernas. Na Técnica e Ciência modernas o Homem não pensa pela Natureza, em suas descobertas ele já não mais se preocupa com o impacto que esta descoberta tem diante da Natureza, o que vem trazendo problemas ambientais, e colocando em risco a própria vida do Homem. Por via disso pode se dizer que:

A diferença é que a velocidade de extração dos recursos naturais é extremamente acelerada e os subprodutos gerados por essa transformação não são reintegráveis aos ciclos naturais, ficando depositados nos solos, nas águas e no ar, em diversas formas de poluição. Armas de guerras são mais devastadoras. Mas os impactos negativos da nossa acção são mais antigos costumamos imaginar (MENDONÇA, 2005: 68).

Para dizer que o Homem sempre usou os recursos naturais ao seu dispor, ou para a satisfação das suas necessidades, mas o que ocorre nos tempos actuais é que o Homem tem usado os recursos de forma abusiva, ou seja exagerada, que vem colocando em risco a vida de outras espécies que vivem na Natureza e a vida do próprio Homem, facto que leva o Homem a necessidade de fazer uma reflexão sobre a maneira como ela tem se relacionado com a Natureza.

De referenciar que um dos lemas da ciência e da técnica na modernidade é a questão da criação de instrumentos que facilitam a vida do Homem, facto que não se pode negar. Todavia, é notório também que a ciência moderna trouxe muitos problemas com os quais nos deparamos actualmente. Como o caso das mudanças climáticas, problemas ambientais, a destruição da camada de ozono entre outros. Entretanto, em meio aos problemas que se assistem no mundo, onde se vive tempos de caos, tempos que se assistem bombardeamentos de cidades e nações, produção massiva de armas nucleares., destruição da camada de ozono torna-se necessário o Homem reflectir nas suas acções, diante dos impactos da técnica e da ciência na Natureza.

E neste sentido se entende que, o ser humano moderno “*criou um complexo de Deus, o Homem comportou-se como se fora Deus, através do projecto da tecnociência pensou que tudo podia, que não havia limites à sua pretensão de tudo conhecer, de tudo dominar e de tudo projectar*”

(BOFF,1999: 7). Ou seja, com o projecto da técnico-ciência o Homem se coloca no centro de todas as coisas, como se tratasse de Deus, que todas as coisas estivessem a sua inteira disposição, com a pretensão de que pode fazer todas as coisas ao seu bel prazer. Essa pretensão colocou exigências exorbitantes a si mesmo, ele não aguenta mais tanto desenvolvimento que já mostra seu componente destrutivo comum da terra e dos seus habitantes.

6. Diferença da Técnica Pré-moderna e Técnica Moderna

Antes de mais importa referir que técnica refere-se ao uso de ferramentas e dispositivos artificiais para o negócio da vida. Importa ressalvar que, a técnica Moderna oferece um quadro exactamente contrário ao da técnica pré-moderna, sendo assim, este constitui um ponto de reflexão, sob ponto de vista filosófico:

Uma Natureza que funcione como principal fornecedora de mercadorias para o intenso comércio pós-medieval, ou como fonte de matérias-primas, para a industrialização dos tempos modernos, não pode mais ser aquela natureza orgânica, sujeita às vontades divinas, mas deve ser uma máquina perfeita, de movimentos equacionáveis e conhecidos, que o Homem saiba manipular e, principalmente, consiga dominar (CARVALHO, 2003: 23).

Visto que a Técnica pré-moderna proporcionava uma relação de harmonia, de equilíbrio, de respeito, de parceria, o Homem não se via como um ser separado da Natureza. Enquanto que na técnica moderna começa a existir a ideia de separação do entre sujeito (Homem) e objecto (Natureza) o Homem moderno passa a ver a Natureza não mais como uma Natureza orgânica e viva ou voltada para a salvação e manutenção da vida do Homem, mas sim, como algo mecânico, passível de ser controlado, utilizado e explorado. Por via disso, nota-se que existe uma diferença no que diz respeito aos impactos na técnica pré-moderna e técnica moderna, visto que na técnica moderna o que se constata é que:

Primeiro: cada novo passo em qualquer direcção, em qualquer terreno novo da técnica não conduz a um ponto de equilíbrio ou de saturação na adequação dos meios aos objectivos pré-fixados, mas ao contrário em caso de êxito, constitui o motivo para dar outros passos em todas as direcções possíveis, com os quais os objectivos mesmos se diluem. Ou seja, o mero motivo se converte em causa forçosa em cada passo maior ou importante, e isto pode ser precisamente um critério de que o era.

Segundo: cada inovação Técnica está segura de difundir-se com rapidez pela comunidade tecnológica, como ocorre também com os desdobramentos teóricos nas ciências. A difusão tecnológica se produz, com escassa diferença temporal, tanto no plano do conhecimento como no da apropriação prática: o primeiro (junto com sua velocidade) vem garantido pela intercomunicação universal, por sua vez uma conquista do complexo tecnológico; o segundo, forçado pela pressão da concorrência.

Terceiro: a relação entre meios e fins neste campo não é linear em sentido único, senão circular, em sentido dialéctico. Objectivos conhecidos, perseguidos desde sempre, podem ter melhor satisfação mediante novas técnicas cujo surgimento eles mesmos inspiraram. Mas também e de forma cada vez mais comum, vice-versa. Assim sendo, na Técnica moderna “*novas técnicas podem inspirar, produzir, inclusive forçar novos objectivos nos quais ninguém havia pensado antes, simplesmente por meio da oferta de sua possibilidade*” (JONAS, 2013: 22). Quem havia desejado ver grandes óperas, cirurgia em coração aberto ou o resgate dos cadáveres de uma catástrofe aérea na sala de sua casa (para não falar dos anúncios de sabão, frigoríficos e compressas)? Ou beber café em copos de papel descartável? Ou a inseminação artificial, os bebés de proveta ou a gravidez em mães de aluguel? Ou ver andando por aí seres clonados de um mesmo ou de outros de sua espécie?

Com isso pode se dizer que, a tecnologia acrescenta, pois, aos objectos de desejo e necessidade humanos já existentes, outros novos e insólitos, inclusive géneros inteiros desses objectos e com eles se multiplica também suas próprias tarefas. O último ponto mostra o quanto dialéctico ou circular é o caso: objectivos que em princípio se produzem sem serem solicitados.

De ferir que, a Técnica e Ciência moderna defendem a ideia de progresso, porém nessa ideia de progresso deve se entender que o “progresso” não é um adorno ideológico da moderna tecnologia “*Progresso não é, nesse sentido, um conceito valorativo, mas puramente descriptivo*” (JONAS, 2013: 24). Podemos lamentar seus feitos e detestar seus frutos e mesmo assim temos que avançar com ele, porque salvo no caso (sem dúvida possível) de que se autodestrua através de suas obras, o monstro avança dando à luz constantemente seus variados rebentos, respondendo cada vez às exigências e atractivos do agora. Ou seja, quanto mais a Ciência avança mais a ignorância avança.

Mas, ainda que não expresse um valor, “progresso” tampouco é aqui uma expressão neutra, que se possa simplesmente substituir por “mudança”. Porque forma parte da natureza do caso, como uma lei da série na qual cada estágio posterior é superior ao precedente conforme os critérios da própria Técnica. Também importa dizer que para Morin (2003:18) O progresso inédito do conhecimento científico é paralelo ao progresso da ignorância, o progresso dos aspectos benéficos da ciência é paralelo ao progresso de seus aspectos nocivos ou mortíferos, o que dizer que, a ignorância cresce a medida que a ciência avança, na medida em que os cientistas produzem um poder sobre o qual não têm poder, mas que enfatiza instâncias já todo-poderosas, capazes de utilizar completamente as possibilidades de manipulação e de destruição provenientes do próprio desenvolvimento da Ciência:

Este progresso se move entre dois infinitos: o infinito dos recursos da terra e o infinito do futuro. Pensava-se que a terra era inesgotável em seus recursos e podíamos progredir indefinidamente na direção do futuro. Os dois infinitos são ilusórios. A consciência da crise reconhece: os recursos têm limites, pois nem todos são renováveis; o crescimento indefinido para o futuro é impossível, porque não podemos universalizar o modelo de crescimento para todos e para sempre (BOFF,1938: 15).

Nesta perspectiva pode se entender que, o sentido com o qual o Homem tem se relacionado com a Natureza a forma como o Homem tem se posicionado diante da Natureza se não houver mudança de posicionamento pode se chegar a efeitos irreversíveis para a Natureza e para a vida humana: desertificação (cada ano terras férteis, equivalentes à superfície do Estado do Rio de Janeiro ficam desérticas); desflorestamento: 42% das florestas tropicais já foram destruídas, o aquecimento da Terra e as chuvas ácidas podem dizimar a floresta mais importante para o sistema-Terra, a floresta boreal (6 bilhões de hectares); superpopulação: em 1990 éramos 5,2 bilhões de pessoas com um crescimento entre 3 e 4% ao ano, enquanto a produção dos alimentos aumenta somente 1,3%. E apontam no horizonte ainda outras consequências funestas para o sistema-Terra como eventuais conflitos generalizados em consequência das desigualdades sociais no nível planetário. Se Napoleão *apud* Jonas (2013: 24) dizia: “A política é o destino”, hoje bem se pode dizer: “A técnica é o destino”, ou seja, não existe uma possibilidade do Homem viver neste mundo sem a técnica, a técnica faz parte do Homem, a técnica faz parte do dia-dia do Homem, o Homem não pode viver sem a técnica. Porém o que se pode dizer sobre a moderna tecnologia é que:

A moderna tecnologia, diferentemente da tradicional, é uma empresa e não uma posse, um processo e não um estado, um impulso dinâmico e não um arsenal de ferramentas e habilidades. E apontam já certas “leis do movimento” deste incansável fenômeno. O que se descreveu recordemo-lo eram traços formais, que ainda tinham pouco a dizer sobre o conteúdo da “empresa (JONAS, 2013: 24).

Com isso pode-se entender que a moderna tecnologia está baseada no capitalismo, os objectos de fabricação são para venda, e neste contexto já não se cria, ou fabrica instrumentos, ou objectos por questões de necessidade. Fabrica-se para vender, fabrica-se para gerar lucros. A tecnologia moderna submete a sociedade a uma situação de consumismo onde o objectivo é usar os recursos naturais até a exaustão. E é deste modo que se afirma que “*a Técnica mesma cria problemas que depois tem de resolver mediante um novo salto adiante*” (JONAS, 2013: 26). A “revolução verde” e o desenvolvimento de sucedâneos sintéticos ou fontes de energia alternativas são exemplos disso. Estas pressões em direcção ao progresso seriam, por conseguinte, os mesmos no caso de uma tecnologia em condições de livre concorrência como em condições, por exemplo, socialistas.

Há que se referir que, a técnica e a ciência moderna começou por negar a legitimidade de outras formas de diálogo com a Natureza como o senso comum, a magia e a alquimia. Chegou até a negar a própria Natureza ao desconhecer-lhe a complexidade por supor que ela seria regida por um pequeno número de leis simples e imutáveis (Newton e também Einstein).

7. Os primórdios da relação problemática entre o Homem e a Natureza

Antes de se falar da relação problemática entre o Homem e a Natureza pode se começar por dizer que, tanto a Natureza quanto o Homem são dois seres vivos, porém a Natureza em si possui vida própria, ou seja a Natureza é um ser que antecede o ser do Homem. A Natureza tem vida própria e o Homem participa da vida da Natureza ou da vitalidade da Natureza. Neste sentido o Homem é um ser que participa da vida da Natureza, a Natureza é que dá vida de si ao Homem, daí que surge a ideia de que“ *conhecer é descrever para encontrar*” (BACHELARD apud BLAUNDE, 2018: 51). O Homem não cria nada nem inventa nada, a Natureza já possui tudo. E a tarefa do Homem é simplesmente descrever. O conhecimento humano está em relação com a Natureza, o Homem não pode conhecer fora da Natureza, é na Natureza que o Homem concebe todo seu o conhecimento.

Entretanto, pode-se inferir que a relação problemática entre o Homem e a Natureza começa com o advento da modernidade, pois a modernidade fez do Homem um senhor e dono da Natureza, a Natureza passa a ser visto como algo a ser dominado. A Natureza na modernidade passa a ser algo a ser explorado, e é nesta perspectiva que Boff (1938: 16) afirma que a Terra está enferma e ameaçada, pelo uso abusivo dos recursos naturais pelo ser humano. O Homem do período moderno é um ser que se considera auto-suficiente para domar, controlar e transformar o curso normal da Natureza. Porém este (o homem) esquece que o mesmo não tem capacidade de o fazê-lo o que é possível é que o mesmo conheça algumas leis da Natureza:

A Ciência, em virtude do seu próprio método e dos seus conceitos, projectou e fomentou um universo no qual a dominação da Natureza se vinculou com a dominação dos Homens, vínculo que tende a afectar fatalmente o universo enquanto todo. A Natureza, compreendida e dominada pela ciência surge de novo no aparelho de produção e destruição, que mantém e melhora a vida dos indivíduos e, ao mesmo tempo os submete aos senhores do aparelho (HABERMAS, 1968: 50-51).

Importa referir que desde meados do século XIX essa imagem minimalista e, por assim dizer, acabada, da Natureza, modificou-se com assombrosa aceleração. Em um dramático jogo de estímulos e respostas, com a crescente subtileza da investigação, a natureza mesma mostrou-se cada vez mais sutil. A ciência e a técnica na modernidade são usadas como meio de dominação, de opressão, onde os países ou nações mais desenvolvidas tendem a se opor aos países ou nações menos desenvolvidos. Com o advento da modernidade “*o ser humano pode ser o satã da Terra, ele que foi chamado a ser seu anjo da guarda e cultivador zeloso. Ele mostrou que além de homicida e etnocida pode se transformar em biocida e geocida*” (BOFF, 1938: 12). Ou seja, o ser humano foi chamado para zelar, cuidar, proteger, administrar, os recursos da natureza, porém o que se pode constatar é que o mesmo Homem que foi chamado a zelar, proteger, e administrar os recursos naturais é o mesmo que coloca em risco a Natureza. Assim sendo, Boff (1938: 12) afirma que não só os pobres e oprimidos devem se libertar. Hoje todos os humanos devem ser libertados. Todos somos reféns de um paradigma que nos coloca, contra o sentido do universo, sobre as coisas ao invés de estar com elas na grande comunidade cósmica.

8. Ética bíblica antropocêntrica e a crise da relação Homem-Natureza

A modernidade pode ser vista como a causa da desordem e da destruição da Natureza que se assiste nos tempos atuais, devido a aplicação de ciência. Há quem diga, não sem algum sentido,

que a idade média teria influenciado para que o Homem tivesse a postura que ele tem na modernidade, pois nota-se que é na idade média, que o Homem é visto como um ser superior à Natureza pois é segundo White *apud* Drouin (1993: 87) é na idade média onde encontram-se os primeiros argumentos para justificar o domínio da Natureza. É nesta perspectiva que se afirma que, os problemas ambientais teriam a sua génese na teologia judaico-cristã, na medida em que as ideias defendiam pela teologia judaico-cristã remetiam o Homem a pensar que pelo facto de ele ser um ser feito à imagem e semelhança de Deus, o restante da criação que não tem razão e alma seriam inferiores.

Deve se reiterar também que, existe uma fundamentação bíblica baseada no livro de Génese 1:28 a qual diz que Deus autoriza o Homem a dominar a Natureza e submetê-la à sua vontade, assim sendo “*antigamente chamada santa, essa terra perde, por sua vez, o sagrado*” (SERRES, 1930: 32). A Natureza deixa de ser visto como algo divino, deixa de ser algo sagrado, e passa a ser visto como um objecto qualquer, submetido aos desejos do Homem. Esse argumento teria sido a base histórica para o Antropocentrismo, e consequentemente a mudança na maneira como o ser humano concebia a Natureza e de se relacionar com ela.

De acordo com essa linha de pensamento, a partir da interpretação fundamentalista da passagem citada do livro de Géneses, o Homem teria começado a ver si a si mesmo como superior ao restante da criação, e deste modo, apto a dominar e usufruir todos os bens de que Deus lhe oferece através da Natureza. Porém, a causa dos problemas ambientais estaria por detrás de má interpretação, de que a autorização divina pretendia transmitir. Na bíblia, não é dito em nenhum momento para os Homens se apropriarem da Natureza a tal ponto que comprometam a sobrevivência das outras espécies inclusive a do próprio Homem.

Mas também não se pode julgar a linguagem utilizada na época em que o Génese foi escrito com os padrões de linguagem actual “*Deus disse: Façamos o homem a nossa imagem e semelhança, e que ele domine sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra*”(BÍBLIA, 2013: 1). Segundo o texto, Deus cria o Homem para que ele reine sobre os animais, devido à sua capacidade racional, e não para exercer um poder tirânico sobre o restante da criação. Desta forma, o Homem teria usado da escritura bíblica acima para se afirmar diante da Natureza e oprimi-la como seu senhor e dono.

9.A concepção bíblica do poder e o conflito Homem-Natureza

Segundo Serres (1980: 45) o desejo de posse do mundo esteve sempre presente na humanidade, ou seja o poder de dominar as coisas acompanha a evolução do Homem, desde os povos primitivos até as sociedades actuais, a apropriação do espaço assumiu vários contornos e dimensões. Segundo o autor o Homem possui uma tendência natural que o leva a apropriar-se de todas as coisas. O Homem e os animais apoderam-se do seu território pela sujidade que produzem, mas além de se apropriar de uma forma fisiológica e local, o homem apodera-se de forma global, isto é, se apodera do mundo.

Porém importa referir que, o poder, entretanto, sempre coloca as inquietantes perguntas: poder de quem? para quê? sobre quem? O poder, como se depreende, sempre remete a realidades que não são o poder, mas às quais ele serve ou é usado para alcançá-las. O poder se revela como uma realidade da ordem dos meios em vista de um fim. Qual é o fim que o ser humano almeja através do poder? Esta é a questão a ser respondida.

De referir que houve uma má interpretação das escrituras no sentido em que quando Deus deu poder ao Homem não era para que ele oprimir, dominar, controlar a Natureza “*Deus os abençoou Frutificai, disse ele, e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-la. Dominai sobre todos peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra*” (BÍBLIA, 2013: 1). Ou seja, quando Deus deu domínio ou poder ao Homem não era para que ele destruísse, ele estava a proporcionar ao Homem uma posição de auxiliador de Deus que cuida da criação, e não de um dominador. Importa referir que “*a vontade de poder não necessariamente, é perverso*” (BOFF, 1938:106). Ou por outra, poder pode significar vontade de ser, de defender a própria integridade e de estabelecer uma relação possível, relação de partilha, de sinergia e de auto limitação do poder para conviver com os outros poderes.

A questão é a vontade de poder como dominação. Esta vontade de dominação se manifesta ora anulando o poder do outro (opressão), ora submetendo-o (subordinação), ora cooptando-o e atrelando-o (hegemonia). O poder se instaura como a instância a partir da qual tudo se organiza. Esta estratégia de dominação evoca os impulsos de tudo comandar, tudo controlar, tudo forçar, tudo enquadrar e de tudo submeter.

O poder como dominação conspира continuamente contra a vida. Entre os dois não poderá haver uma coexistência pacífica e uma estratégia sinergética. Não é suficiente uma política mundialmente acertada de redução racional da demanda de bens materiais (controle colectivo do desejo) ou de gestão severa dos "recursos naturais" disponíveis. Isso não supera ainda o paradigma anti-ecológico do poder-dominação que tem o efeito de uma máquina de morte em acção devastadora.

Após compreender a evolução histórica e filosófica da relação problemática entre o Homem e a Natureza, torna-se necessário avançar para uma reflexão inerente a actualidade, que diz respeito aos nossos dias de hoje. É nesse contexto que se insere a ideia do Contracto Natural, proposta concebida como uma alternativa ética e filosófica para o resgate de uma relação harmoniosa e benéfica entre a humanidade e a Natureza. Assim no capítulo III serão analisados os fundamentos desse Contracto Natural e os principais desafios que ele enfrenta na contemporaneidade.

CAPÍTULO III: O CONTRACTO NATURAL E OS SEUS DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE

Neste capítulo aborda-se o Contracto Natural e os seus desafios na contemporaneidade. Assim, constituem assuntos do capítulo os seguintes: o Contracto Natural enquanto proposta para o resgate da relação simbiótica entre o Homem e a Natureza; Do contracto social ao Contracto Natural; Natureza como um ser de direito: Uma nova relação com a Natureza; Dependência do Homem pela Natureza; Natureza enquanto um ser dotado de um valor intrínseco; civilização contra a Natureza; Do parasitismo à simbiose; ética da Responsabilidade: proposta para o equilíbrio da relação Homem-Natureza; relação humanística como alternativa para o reconhecimento da Natureza; educação como mestiçagem: uma alternativa para o reconhecimento da Natureza; Estratégia para a minimização do impacto da técnica e da ciência na Natureza; Os desafios da contemporaneidade no resgate da relação simbiótica entre o Homem e a Natureza.

1. O Contracto Natural como proposta de reconciliação Homem-Natureza

Segundo Mendonça (2005: 58) somos escravos de um olhar reducionista, que coloca muitas vezes a Natureza a função de apenas nos suprir de alimentos, energia, matéria-prima e belas paisagens. O Homem destrói o património natural sem a percepção de que somos parte do planeta, de que o meio ambiente começa no meio do ser humano, a partir da nossa constituição física, e de água, o ar, o solo, e a luz solar são elementos fundamentais à manutenção da vida. É preciso comunicar esse saber, traduzi-lo, torná-lo inteligível ao maior número possível de pessoas, a fim de que uma nova cultura se manifeste na direcção da sustentabilidade.

Neste perspectiva pode se dizer que o Homem sempre viu a Natureza como um ser que apenas limita-se em proporcionar condições favoráveis para sua habitabilidade, nesse sentido pode se inferir que, a principal causa dos problemas ambientais não está ligada a quantidade de pessoas no mundo que precisam transformar os recursos naturais em recursos para conseguir alimentos, roupas, moradias. Mas importa ressaltar que, o principal problema é a forma como o Homem explora a Natureza, ou seja a maneira excessiva que uma pequena parcela da população e no desperdício e produção de artigos inúteis que prejudicam e colocam em risco a vida da humanidade. Daí que, torna-se necessário:

O retorno à Natureza o que implica acrescentar ao contracto exclusivamente social a celebração de um contracto natural de simbiose e de reciprocidade em que a nossa relação com as coisas permitiria o domínio e a possessão pela escuta admirativa, a reciprocidade, a contemplação e o respeito, em que o conhecimento já não suporia propriedade, nem a acção o domínio nem estes os seus resultados ou condições estercorárias. Um contracto de armistício na guerra objectiva, um contracto de simbiose : o simbiota admite o direito do hospedeiro em quanto o parasita, o nosso actual estatuto condena à morte aquele que pilha e o habita sem ter consciência de que, a prazo, se condena a sim mesmo ao desaparecimento (SERRES, 1990: 66).

Por via disso, o Homem é convidado a celebrar um contracto com Natureza com vista a preservar, salvaguardar a Natureza, com vista a mudar a forma de se relacionar com a Natureza, deixando de ser senhor e dono da Natureza para ser coabitante dela.

O Homem é convidado a voltar as raízes, ou seja, a voltar a se relacionar com a Natureza da mesma forma que se relacionava na antiguidade, o Homem deve deixar a posição de parasita, para tomar uma nova posição de simbiota que tenha consciência de que a Natureza também é um ser vivo, sendo um ser vivo ela também possui direitos, e esses direitos devem ser respeitados.

3. Do Contracto Social ao Contracto Natural

Importa referir que a ideia do contracto social remonta a Hobbes, o autor descreve a existência de dois Estados: Estado de natureza e o Estado contractual. O Estado de natureza é descrito como sendo violento, de guerra, de insegurança, de caos, segundo o autor quando dois desejam mesma coisa, ao mesmo tempo que é impossível ela ser gozada por ambos, eles tornam-se inimigos, por via disso, esforçam-se por se destruir ou subjugar um ao outro ou seja:

Se alguém planta, semeia, constrói ou possui um cômodo, espera-se que provavelmente outros venham preparados com forças conjugadas, para o desapossar e privar, não apenas do fruto do seu trabalho, mas também da sua vida ou da sua liberdade. Por sua vez o invasor ficará no mesmo perigo em relação aos outros (HOBBES, 2003: 107).

Nesta ordem de ideia, pode-se entender que, durante o tempo em que os homens vivem sem poder comum capaz de mantê-los todos em termos de respeito, eles encontram-se naquela condição a que se chama de guerra, uma guerra de todos os homens contra todos os homens. Há que referir que, no estado de natureza a vida do homem é miserável, bruta, e curta e devido o caos, a insegurança e o desejo de viver em paz , e em segurança, leva o homem a fundar o estado social , que ocorre mediante a renuncia todos os seus direitos ao soberano que por sua vez terá o poder absoluto, com a esperança de que, este soberano garanta condições de

segurança, possibilitando deste modo, que o homem tenha uma vida mais tranquila, passando deste modo do Estado de natureza para o Estado contractual.

Serres (1990: 30) afirma que Hobbes equivocou-se ao falar de guerra de todos contra todos, pois, quando se fala de luta de todos contra todos, se trata de um estado de guerra, mas sim, de violência, uma crise pura, sem interrupção possível ameaçando a extinção da população. Segundo o autor a guerra protege contra a reprodução indefinida da violência. Ao contrário do contrato social que surge para regulamentar a violência somente entre os seres humanos, para se pensar o novo objecto, ou seja, a terra e outros objectos que nela habitam é necessário um novo contrato, um contrato que visa regular não só as acções do homem com o outro homem, mas, também regular às acções do homem com o meio no qual ele vive (Natureza), ou seja, há necessidade de se assinar o Contracto Natural.

Nesse sentido, a passagem do contrato social ao Contracto Natural, dar-se-ia através do reconhecimento de que um contrato somente entre os Homens não seria suficiente, reconhecimento de que o meio em que o Homem vive (Natureza), não é objecto, mas um ser que também tem direito, e que precisa ser preservado, salvaguardado, e de que a Natureza possui um valor intrínseco a ela.

4. A Natureza como um ser de direito: uma nova relação com a Natureza

É de salientar que face as condições actuais da Natureza é preciso repensar o modo como o ser humano age e como se relaciona como o meio ambiente. A Natureza que nos tempos antigos era vista como vitoriosa e ameaçadora pelos homens, passou a ser vista, na contemporaneidade, como frágil e vulnerável ao impacto da técnica perpetuada pelo homem.

Serres (1990: 67-68) afirma que, com a celebração do contrato social foi possível a saída do Homem do estado de natureza para o ingresso na vida em sociedade, porém, o que ocorre é que, a Natureza foi esquecida, o contrato social encerrou-se em si mesmo, deixando de fora mundo e todos os objectos, animais, plantas e todo o restante do planeta que transformaram-se em objectos passíveis de apropriação. Em meio a isso a pergunta que se coloca é: qual foi o lugar destinado à Natureza no contrato exclusivamente social? E será que pode se entender que o contrato exclusivamente social é que é a força motriz de todos problemas ambientais que se assistem actualmente. Visto que o actual estado de domínio e propriedade exercidos pela

humanidade sobre a Natureza tem se reduzido ao parasitismo, o demonstra que a Natureza nunca foi destinado à outro lugar a não ser um objecto que visa a satisfação das necessidades do Homem. Com isso, torna-se necessário que a Natureza seja vista como um ser de direito, e isso só seria possível mediante à um Contracto Natural celebrado entre os Homens e a Natureza.

A ideia de celebração do Contracto Natural pode até parecer extremista, na medida em que, tendo em conta a formulação de qualquer que seja o contracto, seja social, seja natural, requer vontade ou seja o consentimento das partes que vão celebrar tal contracto e no caso da Natureza não é possível dizer que ela consinta expressamente com os termos de um contracto natural. Com tudo, o autor afirma que mesmo que se desconheça a língua do mundo (Natureza) a terra fala em termos de forças, de ligações e de interações, e isso basta para a celebração do novo contracto. Em outras palavras Serres diz que, as diversas manifestações naturais causadas com a acção abusiva do Homem demostram que a Natureza pede socorro, portanto mesmo sem falar a língua dos homens, por meio de diferentes manifestações a Natureza indica que está saturada e que precisa ser respeitada. Com isso pode se inferir que a ideia de considerar a Natureza e os demais seres vivos como sujeitos de direito implica que os seres humanos deixem de se sentir senhores e possuidores da Natureza, e se coloquem na periferia, a fim de que a Natureza ocupe um papel mais central.

5. Dependência do Homem pela Natureza

Importa referir que a Natureza é um ser vivo que sempre existiu, mesmo sem os ascentrais humanos, e ela continuará a existir sem ele. Nesse sentido a ideia do Contracto Natural, que coloca a Natureza em um local mais central nas relações, remonta à Antiguidade, quando o Homem era tementes as forças naturais e aos deuses, quando o Homem se preocupava em manter a harmonia com a sua Mãe-Natureza, tendo em vista que o Homem considerava que a Natureza era provedora das condições da vida humana “*a partir de agora ela não só depende de nós como nós, em contrapartida dependemos, na nossa vida, desse sistema atmosférico, movente, inconstante, mas muito instável, determinista e estocástico, munido de quase-períodos cujos ritmos e tempos de respostas variam de modo colossal*” (SERRES, 1990: 49). Assim sendo, nota-se que mesmo que ela (a Natureza) seja ignorada, a humanidade necessita da Natureza (assim como sempre necessitou) dos bens naturais para garantir a sua sobrevivência, ou seja o homem por si só, não é capaz de prover a sua própria subsistência, portando a manutenção da

vida humana na Natureza esta ligada à manutenção do meio ambiente que envolve o homem. Por via disso pode entender que:

A Terra existiu sem os nossos inimagináveis antepassados, poderia muito bem existir hoje sem nós e existirá amanhã ou ainda mais tarde, sem nenhum dos nossos possíveis descendentes, mas nós não podemos existir sem ela. Por isso é necessário colocar bem as coisas no centro e nós na sua periferia, ou melhor ainda ela por toda a parte e nós no seu seio, como parasitas (SERRES,1990: 58).

A Natureza desde os primórdios existiu, a Natureza é o primeiro ser vivo, ela existe antes do homem, a Natureza não é dependente do homem para existir, a Natureza existiu muito bem sem o homem, e de certeza que ela poderá existir hoje sem o Homem.

A Natureza é um ser necessário, porém o que ocorre é que o homem colocou -se no centro como senhor, e domador colocando deste modo a Natureza na periferia como um ser que não possui direitos. Dai que urge a necessidade de se inverter as posições, o Homem deve colocar o resto das coisas no centro e ele deve ocupar o lugar da periferia.

6. Natureza enquanto um ser dotado de um valor intrínseco

Ferry (1994: 99) afirma que até os dias que correm não existe ética que se trata da terra (Natureza), assim como os animais e as plantas, a terra (Natureza) é considerada como uma propriedade, a relação entre o Homem e a Natureza é econômica na medida em que, está ligada à privilégios, porém a nenhuma obrigação.

Entretanto, há que se levar a Natureza em consideração, deve se considerar que a Natureza possui um valor, e este valor é intrínseco à ela. Assim sendo na perspectiva do autor trata-se apenas de cuidar dos lugares de vida, porque sua deterioração ameaça atingir a Humanidade, trata-se de proteger a Natureza, trata-se de o Homem se consciencializar de que a Natureza não é um simples material bruto, maleável, mas sim, um sistema harmonioso e frágil.

Portanto urge a necessidade de um retorno, ou seja o retorno à Natureza que significa ao contracto exclusivamente social acrescentar um Contracto Natural de simbiose e de reciprocidade em que a relação do Homem e as coisas trocaria o domínio e a posse pela escuta e admirativa, pois o domínio e a propriedade reduz ao parasitismo enquanto que, o direito de simbiose define-se pela reciprocidade, ou seja, o que a Natureza dá ao homem o homem deve devolvê-la tornando-a num sujeito de direito.

A declaração francesa dos direitos do Homem e do cidadão definiu a liberdade como o facto de o Homem não ser restringido, em nenhum caso, e colocar o Homem numa posição de fazer tudo o que desejar, principalmente na Natureza, desde que a sua acção não interfira com os direitos de outrem. daí que, surge o liberalismo como conjunto de crenças provenientes do postulado central, segundo a qual “*essência do Homem é a sua liberdade, por via disso, a sua principal pretensão é moldar o mundo em conformidade com a sua vontade*”(FERRY,1994: 103). O Homem pode fazer o que quiser da Natureza, a Natureza serve ao Homem, e é nesse contexto que encontra-se o princípio normativo que está na origem da destruição do meio ambiente que vem ocorrendo por toda a parte, onde a cultura Ocidental faz sentir a sua influência. Mas importa referir que, tal destruição só pode ser controlada ou contrariada através de dois princípios: o primeiro diz respeito ao reconhecimento dos direitos da natureza e o segundo reconhecimento de que a Natureza possui um valor intrínseco.

7. A Civilização contra a Natureza

Segundo Boff (1938: 103) uma das causas que faz com que a Natureza seja desprezada é a maneira como o homem se relaciona com ela, pois o ser humano submete à uma civilização Andro centrada e dominadora, uma das causas certamente decisivas para se entender a crise ecológica actual. Tal civilização surge na medida em que os humanos se deram a si e das práticas que ensaiaram para historizá-lo em relação consigo mesmo, com os demais, com a Natureza, com o passado e com a Divindade. Indiscutivelmente se está numa era de civilização tecnológica. Isto quer dizer, usamos o instrumento (*techné*) como forma primordial de relacionamento com a Natureza. Faz da Natureza e de tudo o que há nela instrumento para o propósito de poder-dominação do homem. Essa atitude instrumental rompe com a imediatez, com o contacto directo, com a experiência de pele em relação à Natureza. Entre O homem e a natureza se interpõe o instrumento. Desta forma, se rompe a solidariedade básica que une o homem com todo o cosmos e a terra. O ser humano se coloca numa posição de soberania como quem dispõe a seu bel-prazer das coisas que estão ao alcance de sua mão ou do prolongamento de sua mão, de seu braço, de seu olho, de seu desejo que é o instrumento.

E deste modo que Strauss (1908: 17) afirma que, comete-se o erro de ver o selvagem como um ser exclusivamente governado por suas necessidades orgânicas ou económicas, pois segundo o autor não se percebe que ele nos dirige a mesma censura e que, para ele seu próprio desejo de

conhecimento parece melhor que o do homem moderno. Na medida em que, a utilização dos recursos naturais dos quais dispunham os indivíduos havaianos era mais ou menos completa, bem mais que a praticada na era comercial, que sem piedade explora alguns produtos que, no momento proporcionam vantagem financeira, desprezando e destruindo todo o resto:

Não tínhamos consciência porque a citada Natureza não reagia às nossas agressões agrícolas, técnicas, industriais, motoras... boa moça que é, ela aceitava. Nossos avanços, é verdade, tinha pouco alcance. Senhores e donos locais, julgávamos ter submetido o mundo à a escravidão dura, há quem mesmo pensasse que ele se reduz à nossa representação suave. Eis que, em face das nossas forças crescentes e generalizadas, ele de repente se impõe ameaçador, global, formidável, mais poderoso do que todas as nossas potências reunidas, necessário à nossa sobrevivência e à de nossos filhos (SERRES, 1930: 104).

Com essa citação pode-se entender que, a Natureza desde a antiguidade era generosa com o homem, o homem satisfazia as suas necessidades na Natureza, a Natureza era subjugada, ou indiferente ao homem, ela não impunha limites ao Homem, porém devido as acções globais a Natureza parece estar a dominar aquele que outrora era dominador (Homem). A natureza impõe limites ao Homem pois ela responde o Homem através das mudanças climáticas, o aquecimento global, o desflorestamento, a destruição da camada de ozono etc. Estas podem ser entendidas como as formas com as quais a Natureza reage diante da crise ambiental global que ameaça a humanidade.

8. Do parasitismo à simbiose

Serres (1980: 99) afirma que o Homem é “exterminador das espécies”, pois é a espécie que exterminta as espécies ou pelo menos as expulsa de um determinado lugar. Segundo o autor a nossa espécie não se limita a caçar para comer, mas mata e desperdiça a ponto de extinguir os indivíduos e espécies inteiras. Além disso, parece ainda ter prazer em dizimar espécies e maltratar a vida, o autor apelida o Homem de “parasita ou predador, o *Homo terminator* agiu em relação aos seus semelhantes como todos os seres vivos em relação a todos os seres vivos, animal raro, contudo, a deleitar-se com o morticínio dentro da espécie. Mais é notório que o mundo (Natureza) vinga-se e ameaça os homens, tal como o sismo ou outras catástrofes naturais parecem indicar uma espécie de vingança para com as atitudes do Homem perante à Natureza.

Nesta perspectiva, Serres (1980: 100) propõe que se considere o outro, todos os seres da Biosfera, não como rivais nem como beligerantes num combate, mas como simbiotas ou

mutualistas. Ou seja, menos guerras e mortes, mais trocas de serviços recíprocos, de forma a encontrar um pacto de solidariedade e benefícios mútuos, para que o Homem possa passar do parasitismo à simbiose. Assim, pode se entender que a passagem do parasitismo à simbiose dá-se mediante ao reconhecimento que o Homem deverá ter pela Natureza, ou seja o Homem só pode deixar de ser parasita se ele assumir que a Natureza não é um objecto, quando ele reconhecer que a Natureza também é um ser de direito, merece ser respeitada e preservada, quando o Homem perceber que ele não vive fora da Natureza mais sim dentro dela, e em meio à isso desejar ser coabitante da Natureza.

9. A Ética da Responsabilidade: proposta para o equilíbrio da relação Homem-Natureza

Importa referir antes de mais que, apesar dos antigos filósofos se preocuparem com a Natureza e com a ordem natural das coisas, eles pensavam na aplicação de uma ética visando apenas aos problemas do momento, mas não se preocupavam com o agir ético para os possíveis problemas do futuro. O agir correto estava intrinsecamente ligado apenas ao presente, uma vez que o Homem virtuoso deveria preocupar-se com o hoje, deixando o futuro ao acaso do destino e à ordem natural dos acontecimentos. Partindo dessa observação, Jonas (2006: 69) propõe a aplicação de uma ética baseada na responsabilidade como garantia das futuras gerações, ou seja, como meio de solucionar não apenas os problemas existentes, mas aqueles que, possivelmente, virão como forma de garantir às gerações vindouras a sua própria existência. Mas como garantir algo a uma geração de seres vivos que ainda não existe? Como o homem do presente pode se sentir responsável por algo que ainda está para existir? Jonas (2006: 71) defende a responsabilidade como semelhança entre todos os modos do agir humano. Na perspectiva de Jonas, o futuro da Natureza e das gerações vindouras não fazia parte do horizonte de preocupações do Homem do passado, uma vez que os impactos das suas acções na Natureza tinham efeitos apenas locais e não globais. Nesta lógica do uso da Natureza, acreditava-se que os recursos naturais seriam invulneráveis e inesgotáveis, o Homem preocupava-se em agir correctamente apenas com aqueles que compartilhavam um presente comum a ele, não havendo motivos para se preocupar com as futuras gerações.

Jonas (2006: 21) em virtude da ideia de que a Natureza existe para servir o Homem, elaborou uma crítica às concepções tradicionais de ética, considerando-as falhas, uma vez que, segundo o

autor, as éticas tradicionais eram antropocêntricas ou seja tratavam da relação entre Homem e Homem. Assim sendo, Jonas propõe a aplicação de uma concepção ética mais adequada para um novo agir humano; uma ética baseada na responsabilidade, que visa à protecção não apenas do Homem de hoje, mas também das futuras gerações que estão submetidas a esse poder.

E é nesta perspectiva que Jonas (2006: 30) ainda no que diz respeito à crítica de um uso irresponsável da natureza, sugere ainda uma reformulação do imperativo categórico de Kant, acrescentando que o homem deve agir não apenas por dever, de acordo com a lei racional, de forma incondicionada, mas sim visando os demais seres humanos, principalmente, àqueles que ainda não participam do presente, mas que participarão do futuro. Neste sentido, ele propõe a aplicação da ética da responsabilidade pensando nas gerações vindouras, uma vez que até então nenhuma ética foi capaz de pensar nas possíveis consequências irreversíveis da conduta humana de hoje na vida daqueles que um dia irão existir, defendendo a responsabilidade como semelhança entre todos os modos do agir humano. Dai que surge a máxima segundo a qual “*age de tal forma que a sua ação possa ser e contribuir para a sobrevivência futura*” (JONAS, 2006: 32). O que quer dizer que o Homem, para preservar a própria espécie, terá que mudar o seu comportamento ético através daquilo que ele chama de “heurística do temor”. Assim, o ser humano por receio de morrer e comprometer o desaparecimento da sua espécie do planeta, mudará o seu comportamento, a sua forma de agir perante a Natureza, como meio necessário para a sua existência.

10. Relação humanística como alternativa para o reconhecimento da Natureza

Serres (2015: 170) afirma que, a distinção entre Natureza e a cultura incutiu a ideia de campo livre para as conquistas sem limites, ou seja a ideia de objecto sem sujeito, e dessa forma a Natureza tornou-se um local de não direito, ou seja ela passou a ser vista como um tesouro a ser esgotado sem vergonha e lata de lixo a ser repleta sem pena. Diante desse cenário o Homem só preocupava-se com si mesmo e não tinha em conta a paisagem (Natureza). Nesta perspectiva as narrativas humanas, sociais, políticas, históricas, saqueiam cegamente, a cultura se sobrepõe à Natureza considerando a Natureza um ser sem direito.

O autor destaca a necessidade de se estabelecer uma relação humanística com a Natureza, segundo o autor, o Homem perdeu a relação humanística que tinha com a Natureza, com o projecto de dominar, explorar a Natureza, o Homem se tornou um destruidor da Natureza. O

autor afirma que a narrativa do Homem concerne somente a ele, não a paisagem em que habita. Por via disso, torna-se necessário uma mudança, o Homem precisa entender que ele é ao mesmo tempo parte da Natureza, ou seja, “*nós existimos no universo (Natureza), povoamos o planeta o qual cada um vive confrontando com a sua paisagem*” (SERRES, 2015: 170). O Homem precisa entender que é herdeiro e guardião da Natureza, que ele deve zelar pela Natureza. Com isso ele afirma que a verdadeira humanidade reside na conexão profunda e respeitosa com o mundo Natural, o nosso destino está entrelaçado com o destino da terra, por via disso, o Homem deve honrar essa interdependência. Por via disso o autor entende que a terra, a fauna e flora, participam da nossa aventura agrária, o mar e a praia desencaminham e guiam as nossas viagens, com isso pode se inferir que a Natureza é um ser vivo importante, é através dela que Homem garante a sua sobrevivência. É por isso que, o autor entende que:

Inteligente, eficaz, o parasita ganha, dia pós dia, suas batalhas, mas ele acaba sempre por perder a guerra, quando, justamente, se esgotam seus hospedeiros. Doravante, portanto, mas eu já o disse bastante, devemos tratar a Natureza como um simbionte, não mais como um tesouro, e, aqui como uma paisagem e não como um cenário (SERRES, 2015: 71).

Partindo dessa ideia, pode se concluir que a vida do homem depende do bem-estar da Natureza, o parasita, isto é, o Homem, só pode permanecer vivo se o seu hospedeiro (Natureza) estiver vivo. Por isso, é necessária uma mudança de comportamento por parte do Homem, ele deve tratar a Natureza como seu simbionte, seu parceiro, não como um tesouro a ser explorado. Todos os homens participam do destino global da humanidade, na totalidade do mundo.

11. A educação como mestiçagem: uma alternativa para o reconhecimento da Natureza

Serres (1993: 105) afirma há uma necessidade de haver uma interconexão e interdependência entre o Homem e a Natureza. O autor entende que o Homem não deve ser visto como um ser separado da Natureza, e que a separação entre o Homem e a Natureza é uma ilusão, o Homem é parte integrante da teia da vida, a Natureza não é um ser a ser explorado, mas um parceiro a ser respeitado. O destino do Homem depende do destino da Natureza, o Homem deve cuidar da Natureza da mesma forma que cuida de si mesmo “*o projecto paranóico de tomar a terra inteira só para si, renunciando à sua alta estratégia para aderir à sabedoria subordinada do instinto, dobra harmoniosa sem falha da Terra-mãe, que, então, as salvaguardou*” (SERRES, 1993: 104). A pretensão do Homem de tomar a Natureza, de transformar o curso normal das coisas ao seu favor, o desejo de tudo dominar, de explorar, de controlar, fez com que o Homem perdesse a

relação harmoniosa que possuía com a Natureza, e é por isso que, o autor afirma que os Homens se colocaram numa posição de rei, de novos gloriosos, poderosos e tão loucamente competitores que se esqueceram da Terra.

Nessa perspectiva pode se entender que, o autor chama atenção ao posicionamento do Homem diante da Natureza, ou seja, ele afirma que o destino dos animais, das plantas, e dele mesmo (o Homem) está ligado ao destino da Natureza, e é por isso que, é imperioso haver uma mudança de comportamento, o Homem precisa mudar de rumo, o Homem corre o risco de morrer se não mudar de atitude. Se o Homem não mudar de atitude terá que se prostrar diante da Natureza, ou seja, se o Homem não rever as suas ações diante da Natureza um dia ele terá que se humilhar perante à Natureza.

12. Estratégias para a minimização do impacto da Técnica e da Ciência na Natureza

Partindo da ideia de que, a técnica e a ciência acompanham a vida do Homem, “*a ciência está no âmago da sociedade*” (MORIN, 2003: 20). ou seja, a ciência sempre esteve ligada ao Homem, não há possibilidade de separar o Homem da técnica e a ciência, na medida em que estas facilitam a vida do Homem, melhorando as condições de sobrevivência humanas. Mas, não tem como se ignorar que além da consequências positivas, a técnica e a ciência possuem também consequências negativas, e são essas que merecem atenção da parte do Homem, na medida em que, colocam em risco a Natureza, ou seja, o meio no qual o Homem vive e se realiza, mas também a humanidade. Entretanto, Mendonça (2005: 78) sugere algumas práticas para preservar os recursos naturais para as gerações futuras, e essas práticas incluem:

- Uso sustentável dos recursos: Promover práticas que garantam a utilização responsável dos recursos naturais, evitando o esgotamento e o desperdício.
- Desenvolvimento de tecnologias limpas: Investir em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias que reduzam o impacto ambiental das atividades humanas, como energias renováveis e processos de produção mais eficientes.
- Educação ambiental: Promover a conscientização e a educação ambiental para incentivar comportamentos sustentáveis e uma maior conexão com a natureza.
- Legislação ambiental robusta: Implementar e fazer cumprir leis e regulamentos ambientais que protejam os ecossistemas e incentivem práticas sustentáveis.

- Conservação de *habitats*: Preservar áreas naturais e habitats importantes para a biodiversidade, garantindo a proteção de espécies e ecossistemas vulneráveis.
- Desenvolvimento urbano sustentável: Planejar e construir cidades de forma sustentável, com uso eficiente de recursos, transporte público eficaz e espaços verdes acessíveis.

Essas práticas, segundo a autora, quando combinadas e implementadas de forma integrada, podem contribuir significativamente para a preservação dos recursos naturais e para um futuro mais sustentável para as gerações futuras.

13. Os desafios da contemporaneidade no resgate da relação simbiótica entre o Homem e a Natureza

Ferry (1994: 117) afirma que há uma necessidade de substituir todos os sistemas de valores humanistas por valores supra- humanos, ou seja, por valores que estejam acima dos valores humanos. Sistemas de valores que coloquem toda a vida vegetal, animal, na esfera de consideração legal e moral, segundo o autor a longo prazo, quer isso agrade ou não, a este ou a aquele, será necessário recorrer a força se for o caso, para lutar contra os que continuam a deteriorar o meio ambiente, pois a ideia de reconhecimento do reino vegetal e animal em sujeito de ética e de direito, não se dará sem violência, por que trata-se de por termo a lógica desses famosos direitos do Homem, que só serviram para legitimar o esquecimento e a destruição do mundo pela exploração da técnica.

A pesar da relação entre o Homem e a Natureza ter sofrido transformações ao longo do tempo, o autor faz uma crítica a radicalização de algumas correntes ecológicas, na medida em que segundo o autor, existem correntes ecológicas que, colocam a Natureza em um pedestal acima do ser humano, desvalorizando a cultura e a civilização humanas.

Por isso ele propõe uma visão equilibrada, onde o respeito pela Natureza não implica a desumanização ou na subordinação completa do ser humano às forças naturais. Ele defende uma "nova ordem ecológica" que reconhece a importância da conservação ambiental, mas também valoriza o progresso e a civilização humana.

CONCLUSÃO

Em virtude das reflexões acima desenvolvidas, concluímos que a ética ecológica em Michel Serres, trata do respeito à Natureza e ao próprio ser humano. É uma ética que toma em consideração o espaço comum que é a Natureza. Compreende-se que ser ecologicamente correcto é ser ético na medida em que se funda na conservação da vida e de todas as espécies que com ela se relacionam num equilíbrio ecológico. A teoria do Contracto Natural de Michel Serres é uma crítica radical ao tipo de civilização que se construi actualmente. De facto, com o avanço científico e tecnológico geraram-se incertezas acerca do futuro da própria vida do homem à medida que tal avanço destrói o meio ambiente. Ou seja, o desenvolvimento da ciência, da técnica e da indústria provocou o fenómeno da poluição que provoca graves acidentes ambientais. Isso fez com que os problemas ecológicos acelerassem causando a perda da biodiversidade; resíduos tóxicos; mudanças climáticas, destruição da camada de ozono; riscos associados à tecnologia nuclear; pesticidas, esgotamento de recursos naturais; desertificação, entre outros.

As preocupações de Michel Serres conduzem-nos ao despertar da consciência de que já é momento de o homem rever as suas acções e agir de forma consciente e ética na sua relação com a Natureza, pois as acções do Homem com a Natureza criam uma crise de racionalidade nas relações que os homens estabelecem entre si, com os outros seres vivos e com a própria natureza. Michel Serres insatisfeito com a acção humana sobre a natureza, escreve na sua obra Contracto Natural, interroga-se perguntando que mudança global deve se esperar no conjunto de clima, das nossas actividades industriais e da nossa capacidade Técnica crescente, que despejam na atmosfera milhares de toneladas de óxidos de carbono e outros produtos tóxicos? Trata-se de uma questão tão profunda e merece grande reflexão de toda a humanidade, na busca de solução e mudança de atitude em relação com o meio ambiente. O Homem tornou-se inimigo do mundo, da natureza ou do meio ambiente, derrama muitas quantidades de produtos tóxicos no mar e na atmosfera, provocando doenças para o homem através de chuvas ácidas. Como forma de reverter a crise que há entre o homem e a natureza, Michel Serres propõe a existência de um Contracto, isto é, um Contracto Natural que permita uma ultrapassagem e uma possível resolução dos problemas ecológicos. o Homem sairia da posição actual que é de parasita para uma outra posição de hospedeiro e simbionte. E ao mesmo tempo permitiria que o Homem resgatasse a relação harmoniosa e benéfica que na antiguidade ele tinha com a Natureza.

BIBLIOGRAFIA

Obras do autor

SERRES, Michel. (1990). *O Contrato natural*. (Trad.). Serafim Ferreira. Lisboa: Instituto Piaget.

Outras Obras

_____.(2015). *Narrativas do humanismo*. (Trad). Meira Caio. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (1980). *Le parasite*. Paris: Bernard Grasset.

_____.(1993). *filosofia mística*. (Trad). Maria Duque Estrada, Maria. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

_____.(1930). *O Mal limpo: Poluir para se apropriar?*. (Trad.). Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Complementar

Bíblia Sagrada. (2013). São Paulo: Paulinas.

BLAUNDE, José. (2018). *A Filosofia do conhecimento científico de Gaston Bachelard: Uma emergência para a epistemologia africana?* Maputo: Impresa universitária.

BOFF, Leonardo. (1938). *Ecologia : grito da terra grito dos pobres*. Rio de Janeiro: Sextante.

_____.(1999). *Saber cuidar: ética do humano compaixão pela terra*. [s.l], [s.n].

BUBER, Martin. (1974). *Eu e Tu* . (Trad). Newton Aquiles. 2ed. São Paulo: Maraes.

CARVALHO, Marcos de. (2003). *O Que é natureza*. 2. ed., São Paulo: Brasiliense.

CAPRA, Fritjof. (1982). *O Ponto de mutação*. [s.l].[s.n].

CHAUÍ, Marilena. (2000). *Convite à filosofia*. São Paulo: Ética.

DROUIN, Jean. (1993). *L'Écologie et son histoire*, Flammarion. [s/l].

FERRY, Luc.(1994). *A Nova ordem ecológica*. São Paulo: [s.n].

FIGUEIREDO, Luís. (1991). *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes.

- HABERMAS, Jurgen. (1968). *Técnica e ciência como ideologia*. (Trad.) Artur Morão. Lisboa: 70.
- HOBBS, Thomas. (2003). *Leviatā*. (Trad.). João Monteiro; Maria Beatriz Nizza. São Paulo: Matins Fontes.
- JONAS, Hans. (2006). *O Princípio de Responsabilidade*: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. (Trad.). Marijane Lisboa e Luiz Montez. Rio de Janeiro: Contraponto.
- _____. (2013). *Técnica, medicina e ética*: sobre a prática do Princípio Responsabilidade. São Paulo: Paulus.
- LÈVI-STRAUSS,Claude. (1908). *Pensamento selvagem*. (Trad.) PELLEGRIN, Tânia.Brasil:Campinas.
- LEVINAS, Emmanuel. (2013). *Ética e infinito*. (Trad.). João Gama. Lisboa: 70.
- MENDONÇA, Rita. (2005). *Consevar e criar*: natureza, cultura e complexidade. São Paulo: Senac.
- MORIN, Edgar. (2003). *Ciência com consciência*. (Trad.). Maria D'Alexandre e Maria Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- NGOENHA, Severino. (1994). *O Retorno do bom selvagem*: uma perspectiva filosófico- africana do problema ecológico. Porto: edições Salesianas.
- SANTOS, Boaventura De Sousa. (2001). *Um discurso sobre as ciências*. 12 ed., Porto: [s.n.].